

Aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau, Joana Margarida Banito Tomé e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos.

Partido Socialista – Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Rafaela Isabel Graça Nunes Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

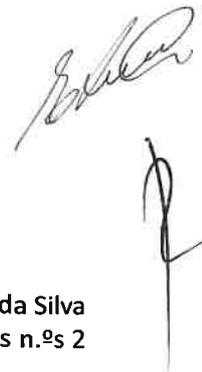
Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal), Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata, e Sónia Isabel Leal Maurício Martins.



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Luís Manuel Barreto Leitão e Nuno Miguel Batista Lopes, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 11, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho e António Miguel da Costa Ferreira e, conforme documentos registados sob os n.ºs 12 e 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 e 15, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Vamos entrar no período de intervenção do público, recordando que cada intervenção tem a duração máxima de 5 minutos e temos dois pedidos de intervenção (conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 16 e 17).

Igor Pereira – Desejo reiterar e destacar a atenção dos senhores e senhoras para as deliberações que serão proferidas hoje, especialmente em relação a temas de extrema relevância para o Município.

O primeiro tópico aborda as deliberações relacionadas à Carta Educativa do concelho de Setúbal, envolvendo um investimento estimado em 90 milhões de euros. Este projeto compreende a criação de 14 salas de Jardins de Infância, 33 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico e uma Escola Secundária em Azeitão. A Carta Educativa, também, contempla o alargamento da rede de ensino pré-escolar, a requalificação do parque escolar e a educação dos regimes duplicados no Município de Setúbal.

Trata-se de um tema de grande complexidade e relevância para o presente e o futuro do concelho, requerendo a máxima atenção e empenho dos presentes para a aprovação da proposta mais adequada aos anseios da população.

Por fim, faço uma solicitação à Câmara Municipal de Setúbal, como brasileiro e cidadão que compreende as dificuldades enfrentadas pelos meus conterrâneos a chegar a Portugal, identifiquei a significativa carência de roupas adequadas para o inverno entre os brasileiros recém-chegados. Iniciei uma campanha de arrecadação e doação de roupas de inverno, especialmente para bebés, crianças e adolescentes.

A minha pergunta é, tem possibilidade de a Câmara Municipal de Setúbal disponibilizar seu espaço aqui ou em outros locais para que seja instalado um ponto de recolha especificamente para este público? Deixo esta observação aos presentes na esperança de despertar a solidariedade e colaboração, porque não se iniciar esta campanha, não apenas para auxiliar brasileiros, mas também portugueses e outros necessitados?

Agradeço profundamente a vossa atenção e desejo a todos uma excelente noite. Obrigado.

José Marques – O assunto que me traz aqui é sobre o estacionamento e parquímetros. Moro na Rua dos Comediantes com a minha esposa, temos duas viaturas, uma delas está já registada, a outra vendemos e substituímos por outra, aliás é um carro de serviço que tenho, e em outubro esta viatura que eu utilizo não tinha dístico de residente e foi-me passado um auto de notícia pelos fiscais da DATAREDE.

A minha mulher viu o senhor que estava a passar o auto, o carro não estava estacionado em nenhum sítio concessionado, estava fora do sítio concessionado numa praceta, dirigiu-se a ele e perguntou-lhe porque é que estava a passar o auto naquele sítio, visto que não era um local concessionado pela DATAREDE. Ele respondeu que era um agente judiciário e que estava autorizado pela ANSR a passar autos naquele sítio. Estranho um agente judiciário ter autorização para fazer esse tipo de autos.

A minha mulher confrontou-o com essa situação, mas ele continuou, deixou lá o auto e, ainda, por cima não era na Rua dos Comediantes, era na Praceta Arsenal da Marinha, portanto, nada disto corresponde à verdade. Conclusão, quisemos legalizar a situação, trocar o dístico da viatura que vendemos, apresentámos os documentos à DATAREDE para fazer a substituição da matrícula e fomos informados que não podíamos fazer a substituição da matrícula, porque havia um auto de notícia por regularizar.

Ora bem, se há um auto de notícia por regularizar, não nos opusemos a regularizar o auto de notícia, pelo contrário, quando recebemos o auto de notícia ou pagamos ou então contestamos, mas até agora não recebemos nenhuma notificação com o valor ou o local para pagar. Parece-me muito estranho que tenhamos de estar impedidos de um direito que nos assiste, mesmo querendo pagar, porque temos de pagar. Infelizmente, temos de pagar, mas sem saber qual é o valor do auto de notícia, qual é o local para procedermos ao pagamento ou para nós contestarmos.

A DATAREDE disse-nos, também, que isto é do regulamento interno da Câmara Municipal e que só a Câmara é que poderia resolver isso, por isso estou aqui nesta posição para saber como é que vou resolver esta situação, visto que estou impedido de regularizar a situação por não ter documentos para poder contestar a multa ou pagar. Muito obrigado.

Presidente da Mesa – As intervenções foram dirigidas ao executivo, quero dar a informação, que já é óbvia, de que o Sr. Presidente da Câmara não está presente por lhe ser impossível, por razões pessoais, a Sra. Vice-Presidente está a representá-lo e estas interpolações poderão ter resposta do executivo e a Sra. Vice-Presidente tem a palavra ou outro vereador que queira solicitá-la. Faça favor.

Vice-Presidente da Câmara – Dirijo-me em primeiro lugar ao Sr. Igor, relativamente às questões que colocou, na nossa cidade, no nosso concelho temos quer por parte da Câmara Municipal, quer por parte das juntas de freguesia e até por parte de outras entidades e instituições de solidariedade social, uma rede muito importante que pode fazer e pode dar esse apoio.

Aqui no nosso concelho, temos uma comunidade muito significativa de cidadãos que vêm do Brasil, incluindo nas nossas escolas, posso-lhe dizer que já são cerca de 2.500 crianças que frequentam as nossas escolas desde o pré-escolar até ao 12º ano e temos efetivamente um grande acompanhamento ou tentamos fazer um acompanhamento a todas essas crianças e jovens.

Essas questões que colocou são deveras importantes e havendo, também, disponibilidade da sua parte e interesse da sua parte, penso que os serviços da Câmara, da parte dos direitos sociais, que é a Divisão na Câmara que trata da intervenção social, poderão brevemente, talvez já amanhã ou depois de amanhã, vou pedir para o fazerem, vou dar essa indicação para conversarem um pouco com o Sr. Igor e poderemos dar a conhecer o trabalho que fazemos, o trabalho que as instituições fazem, os canais que estão abertos e que estão disponíveis para se poder prestar esse apoio. No caso de o senhor conhecer ou querer nos indicar pessoas que, efetivamente, possam passar algumas dificuldades, para que a Câmara Municipal ou as juntas de freguesia ou essas entidades, como eu disse, possam ajudar.

Julgo que na sua ficha há de haver um número de contacto e brevemente alguém da Divisão de Direitos Sociais entrará em contacto consigo. Muito obrigado por ter vindo cá colocar a sua questão.

Relativamente às questões que o Sr. José Marques colocou, efetivamente, há aí questões que têm que ser esclarecidas e aquilo que eu lhe quero dizer é que os serviços da senhora vereadora Rita Carvalho, que é vereadora que tem o pelouro do Urbanismo e da Mobilidade, amanhã também irão entrar em contacto com o senhor, julgo que também deixou o seu contacto na ficha, para efetivamente esclarecermos o que é que se está a passar e poderemos verificar junto da empresa as questões que colocou.

Fique tranquilo, porque amanhã alguém dos serviços o irá contactar e agendar uma conversa com o senhor para podermos resolver este assunto e não pode haver aqui uma obstrução àquilo que é um direito que as pessoas têm dentro da sua área de residência, como é óbvio, podem reter os dísticos. Já foi entregue uma exposição aqui na câmara e amanhã, tendo em conta que deixou o seu número de telefone, alguém entrará em contacto consigo. Muito obrigado, também, por ter vindo aqui à Assembleia Municipal.

Ilídio Ferreira (PS) – Esta última intervenção do munícipe é a propósito de um assunto que eu abordei aqui na última Assembleia Municipal e à qual o Sr. Presidente não deu qualquer tipo de resposta, aliás, o que é uma prática comum e natural do Presidente da Câmara não responder às questões levantadas pela Assembleia Municipal.

A Sra. Vice-Presidente tem uma prática mais consentânea com aquilo que é a normalidade, costuma responder e, portanto, eu espero ter resposta relativamente a estas questões.

As questões vêm a propósito do comportamento da parte da DATAREDE, que tem uma postura que eu diria quase de um abuso generalizado na forma como está a tratar o problema do estacionamento e o não cumprimento, quer do contrato que tem com a Câmara, quer da legislação. A Lei 146/2014 é clara, as condições em que as empresas concessionárias podem exercer as atividades de fiscalização e eles estão claramente em desrespeito pela lei e pelo contrato, penso eu, por isso perguntei à Câmara se estão ou não e estou à espera de resposta, e ir muito além daquilo que são as suas competências, nomeadamente a duas matérias. Uma em relação ao facto de estar a aplicar coimas em lugares que não estão devidamente delimitados e sinalizados, o que contraria o número 3 da cláusula 5ª do contrato de exploração e, por outro lado, por aquilo que já foi informado e o senhor confirmou também, estarão a deixar um papel nos carros que estão estacionados fora dos locais, tirando fotografias e dizendo que têm competência para fazer esse tipo de trabalho e enviar para uma entidade estatal qualquer, parece que estão a substituir-se à Polícia de Segurança Pública nessa matéria da intervenção dos estacionamentos.

Portanto, volto hoje, já o fiz na última Assembleia Municipal, a perguntar à Câmara se é verdade ou não que estas práticas estão a ser seguidas e se elas são legais face à lei e face ao contrato.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Interpelações ao Executivo, Recomendações e Requerimentos:

Rui Lamim (PSD) – Neste período de antes da ordem do dia, gostaríamos, nesta primeira sessão deste ano de 2024, de levantar algumas questões que têm a ver com o estado do Município. Vamos iniciar um ano novinho em folha, mas temos problemas antigos para resolver. Problemas antigos, que se referem, essencialmente, à saúde, algo que não passa exatamente pelo Município, mas não deixa de ser um problema maior aqui na cidade, nomeadamente no funcionamento do Hospital de São Bernardo e afins. É um problema que nos afeta a todos, mas que não é da responsabilidade aqui deste Município.

A responsabilidade deste Município é mais no que diz respeito àquilo que são as condições de promoção e desenvolvimento da cidade, nomeadamente naquilo que diz respeito à mobilidade. Já foi aqui abordado a questão do estacionamento, do contrato que a antiga Presidente desta Câmara, Dores Meira, contratou por 40 anos, vendeu o espaço municipal por 40 anos à revelia, digamos assim, com o desacordo de toda a oposição e estamos aqui hoje a sofrer deste mesmo padecimento, algo que devemos tentar moderar.

Fiquei deveras intrigado com a afirmação do Sr. Presidente da Câmara relativamente a esta questão, na última Assembleia Municipal. É nossa posição, que o contrato não está a ser cumprido, que há graves problemas relativamente a esta execução, que há graves problemas relativamente à forma como o contrato está a ser cumprido. O não cumprimento daquilo que seria aquele estacionamento subterrâneo na Avenida Luísa Todi, que custaria uma barbaridade, que já devia estar em construção e não está, mas os munícipes, as pessoas que têm negócios queixam-se que sofreram grande perturbação, porque não têm clientes devido a esta fraca gestão.

Temos de tratar deste assunto de uma forma séria e este é um assunto que devemos tratar neste ano. Um outro assunto que temos de tratar este ano tem a ver com o passe da Carris Metropolitana. Este Município gasta muito dinheiro, como todos os outros, no patrocínio dos passes, e os passes são uma coisa muito benéfica, uma ideia muito interessante e era, suposto, com o dinheiro que gastamos no nosso Município que deixássemos de usar o carro, que passássemos a ter uma revolução nos transportes, mas o que acontece é que continuamos a ter um sistema que não satisfaz a população naquilo que diz respeito à mobilidade na cidade de Setúbal.

É muito difícil, mas é mesmo muito difícil utilizar o autocarro e as pessoas que o utilizam queixam-se muito e nós pagamos por isto, estamos a pagar por um serviço que não satisfaz. Temos, como responsáveis pela utilização do dinheiro público, a responsabilidade de fazer com que este sistema satisfaça as necessidades das pessoas e não é este o caso. Esta é uma tarefa que temos de cumprir este ano, o estacionamento e a mobilidade na cidade, porque estes dois fatores têm muita importância naquilo que é a qualidade de vida da população.

Agora um outro tema, que tem a ver com algo mais levezinho, mas se calhar mais interessante, a homenagem a Zeca Afonso. Zeca Afonso foi homenageado há relativamente pouco tempo com um monumento junto à Beira-mar. É um monumento interessante, mas se formos analisar e olhar para aquela zona existem sete objetos de arte pública, desde uma garrafa de Coca-Cola, um conjunto de painéis, algumas estátuas de bronze, algumas delas muito bonitas, embora uma delas a peanha seja uma coisa horrível, mas há ali uma salganhada e não se percebe exatamente qual é a qualidade de arte que procuramos saber.

Nós, PSD, obviamente que sabemos que o Zeca Afonso não era propriamente um social-democrata, mas consideramos que a obra de Zeca Afonso é capaz de sobreviver ao teste do tempo. O teste do tempo é uma coisa muito boa, porque se ele sobreviver ao teste do tempo, significa que existe algum mérito, alguma qualidade. A existente qualidade na obra de Zeca Afonso, aquele objeto que lá foi incluído, que tem bastante mérito, mas que está no sítio errado.

Se queremos uma política de arte pública e de promover aqueles que são os nossos melhores, devemos ter alguma qualidade naquilo que promovemos. Quem analisar aquela obra e estiver de frente não consegue ver a cara de Zeca Afonso, porque se supõe que é esse o objetivo, tem de se deslocar alguns 30 graus à direita. Está mal colocado, é tão simples quanto isto.

A pergunta que é feita é a seguinte, existe, no meio desta salganhada toda de objetos ali colocados, alguma política definida de arte pública na cidade de Setúbal? É esta a pergunta e é esta a necessidade que precisamos de elaborar neste concelho. Existe alguma? Porque senão corremos o pequeno risco de estarmos a homenagear alguém que até o possa merecer e um destes dias aquele objeto que lá foi colocado será, depois, colocado em depósito municipal e não merece, porque há certas obras que não merecem e esta é uma delas.

Eunice Pratas (PS) – A minha questão ao executivo vai sobre um tema, que também já foi falado, que é sobre o Núcleo de Planeamento e Intervenção dos sem-abrigo em Setúbal. É um tema sensível que venho trazer, mas venho como testemunha e observadora do que se passa na nossa cidade e vou relatar o que aconteceu nem há meia hora atrás.

Neste momento, a Avenida Luísa Todi tem várias pessoas em situação de risco, pessoas em situação de sem-abrigo, que tipo de estratégia é que temos para combater estas situações e que tipo de intervenção é que fazemos junto dos sem-abrigo?

Neste momento, consegui testemunhar na primeira pessoa que a Avenida Luísa Todi está a ser utilizada como lugar para dormir, casa de banho pública, porque são pessoas, como o próprio nome indica, sem-abrigo, onde passam horas e existe uma poluição na Avenida Luísa Todi, uma vez que estas pessoas não têm sítio onde ficar. A minha questão é, que estratégia temos para responder às necessidades destes cidadãos?

Vítor Rosa (BE) – São duas questões, primeiro clarificar aqui uma coisa junto do deputado Rui Lamim, aquilo não é “aquele objeto”, é uma obra de arte, já agora. Acho que temos de dar a devida dignidade àquele monumento e memorial que foi feito ali relativamente a José Afonso.

Pego nisto para ir repescar a intervenção que fiz na última Assembleia, solicitando, ao Sr. Presidente, o tratamento que é dado à Comissão Eventual das Comemorações do 25 de Abril aqui desta Assembleia Municipal. É que, relativamente à notícia que saiu sobre este memorial, passo a citar a notícia da Lusa, “Segundo a autarquia, a inauguração da obra do escultor setubalense, Ricardo Crista, prevista para as 15 horas de sábado, é a primeira iniciativa de 2024 do projeto “Venham mais 25 anos”, que entre 2022 e 2025 comemora os “50 anos da Revolução dos Cravos”, numa organização da Câmara Municipal de Setúbal com as Juntas de Freguesia e o Movimento Associativo.”. O que quero dizer é que, mais uma vez, esta Comissão e esta Assembleia é completamente esquecida pela Câmara relativamente às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Dizer e acrescentar que foi solicitado, ao executivo, o programa da Comissão de Honra, aquele que foi aprovado na última reunião. Esse pedido foi feito no dia 27/12/2023, na última assembleia, hoje estamos a 11/01/2024 e continua a não haver qualquer notícia por parte do executivo a dar qualquer informação a esta Comissão Eventual.

A última questão que trago aqui prende-se com a Rua da Torralta, na Freguesia do Sado. Faço um apelo ao executivo que nas próximas vezes que se pense em asfaltar ruas, que essa seja uma das prioridades. É uma rua que já existe há mais de 50 anos nas Praias do Sado, na zona da Quinta do Meio e tem um tratamento completamente inócuo, completamente desastroso relativamente ao asfaltamento daquela zona. Conseguiu a junta e o executivo fazer o asfaltamento desde a Junta de Freguesia até à Igreja e não é capaz de fazer naquele troço de rua qualquer tipo de asfaltamento? Com todas as moradias que existem ali, sendo uma rua estreita e uma rua que já existe há mais de 50 anos na freguesia, continua sem ver qualquer tipo de tratamento digno para aquela zona da freguesia.

Manuel Esteves (PS) – Referir aqui, porque já há bastante tempo que ando a falar nisto, pode-se dizer que há anos, que a Rua 25 de Abril, em Vendas de Azeitão, está intransitável, está cada vez mais grave a circulação dos automóveis e não só, como a circulação pedonal, porque quando chove não podemos andar nos lancis por ser impossível. Passo a referir um bocadinho daquilo que vejo em relação às dificuldades que temos.

A estrada está esburacada, está desequilibrada, porque há zonas em que o alcatrão está acima dos sumidouros da água pública, acontece que as poças são cada vez maiores e ninguém consegue ali suportar uma situação daquela envergadura.

Ora bem, tanto a Junta de Freguesia como a Câmara Municipal têm feito parcerias para resolver problemas de estradas, como já é do conhecimento geral e, também, aqui já foi falado várias vezes, nesse sentido, pedia que fossem lá confirmar ou que alguém da Junta de Freguesia lhes transmitisse ou confirmasse, ou não, aquilo que aqui estou a pedir. Ninguém pode entrar dentro das casas, ninguém pode ir à mercearia na Rua 25 de Abril, ninguém pode ir ao supermercado, ninguém pode passar ali, não se pode estar na paragem, porque a água é mais que muita e nos tempos em que estamos é insuportável uma situação destas.

Já me foi dito noutra tempo que era com as Estradas de Portugal e quando não é com as Estradas de Portugal é com a Câmara e vice-versa, andamos assim há anos e cada vez a estrada tem mais buracos. É do conhecimento geral que até já abriu quase no meio da estrada um buraco com um metro de diâmetro e que foram lá encher de gravilha. Isto é inadmissível, porque aquilo é um quilómetro e meio, principalmente a via que atravessa a aldeia de Vendas de Azeitão. Não gosto, nem quero que a Azeitão seja maltratada e peço encarecidamente, também, à Junta de Freguesia que seja mais atenciosa para com todas estas situações, não é só para os jardins, porque gostamos muito do verde e gostamos muito dos jardins, mas também gostamos muito daquilo que nós vivemos no dia a dia e daquilo que passámos. Passo aqui a citar, a falta da limpeza, a falta de transportes públicos, todas estas coisas que andamos aqui a debater há tempos, e a Presidente da Junta de Freguesia aqui presente sabe, mas faz ouvidos de mercador e nem em orçamentos e coisíssima nenhuma consegue que haja lá uma alínea que diga que vão melhorar todas estas situações.

O que é mais bonito disto tudo é que o secretário da junta esteve aqui, na última assembleia, confirmou aquilo que eu estou aqui a dizer. Aqui diz no asfalto, "*Fizemos os passeios da Rua da Tradição*", não é verdade! Na última assembleia de junta, foi lá um município da Rua da Tradição dizer que na porta dele não tem lancis, não tem alcatrão, não tem lá nada. Há qualquer coisa desequilibrada dentro da Junta de Freguesia.

Quando aqui se refere à iluminação do Mercado de Azeitão, mas o Mercado é feito de dia, porque é que precisa de iluminação? Andamos todos a poupar energia e agora estão aqui a querer melhorar a iluminação do Mercado de Azeitão, isto também me custa compreender. E mais, aquilo que eu digo sobre a falta de higiene está aqui, também, nesta assembleia, "*planeamento da higiene e limpeza com maior rotatividade*", isto quer dizer que quando estão a limpar o rossio de Vila Nogueira de Azeitão, a aldeia das Vendas de Azeitão, a aldeia de Oleiros, a Aldeia de Irmãos está tudo por limpar. Também diz aqui que aos Serviços Municipalizados foram pedidos, pelo menos, 100 contentores para serem disponibilizados para aquela aldeia de Azeitão.

Senhor Presidente, peço imensa desculpa, mas isto são coisas que terá de se chamar um bocadinho pelos nomes e tem de se chamar a atenção, também, e em primeiro lugar da Presidente da Junta.

Simão Calixto (CDU) – Quero começar por valorizar a homenagem que foi feita a José Afonso e que foi inaugurada no passado dia 6, aquela obra feita num espaço tão nobre da nossa cidade e que é de eleição para a população passar os seus tempos livres e que, naturalmente, é também o local certo para uma homenagem deste tipo e desta envergadura.

Quero aproveitar, também, para colocar aqui duas ou três questões, a primeira já a coloquei, na última assembleia, mas como passaram 15 dias pode ser que já haja novidades, que é sobre o Centro de Saúde de Azeitão que permanece encerrado, as chaves estão entregues à Administração Regional de Saúde e gostava de saber se a Câmara pode dar informações a esta Assembleia sobre quais são os motivos para aquela infraestrutura tão qualificada permanecer encerrada.

Depois em relação, mais uma vez, ao Hospital de São Bernardo se já há novidades sobre o encerramento que, supostamente, seria temporário e rotativo de 15 em 15 dias em relação às urgências pediátricas e obstétricas, se permanece e se a Câmara, também, terá condições de nos informar porque é que aquilo se mantém no estado em que se mantém.

Não podia deixar de assinalar isto, que é natural que que a Câmara Municipal inicie, dei cumprimento ao programa das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, algumas bancadas podem não saber, mas, de facto, no Município a Câmara é que é o órgão executivo e não é a Assembleia Municipal.

Isabel Conde (PSD) – A saúde como um dever e como um direito de todos a que ponto chegou? Em novembro de 2021, numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal, no calor do momento e perante a gravidade e a exposição pública da situação do Centro Hospitalar de Setúbal e a escassez de resposta dos Centros de Saúde, esta Assembleia concordou com a proposta do PSD de criar uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Saúde do concelho de Setúbal. Num segundo momento deu o dito por não dito e perante a proposta formal da criação da referida Comissão Eventual esta Assembleia votou contra e essa comissão nunca chegou a existir. Foi pena, pois teríamos o registo da situação drástica por que passámos. Infelizmente, não precisamos desse registo para perceber que a saúde em Portugal bateu no fundo. O PSD voltou a apresentar moções, voltou a fazer propostas, recomendações aqui nesta Assembleia, a pedir o ponto de situação....

Presidente da Mesa – Senhora deputada, só para chamar a atenção que esgotou o tempo do PSD e tem de conseguir sintetizar e concluir.

Isabel Conde (PSD) – Estava tão entusiasmada.

Quando pensamos que a situação da saúde não pode piorar, lemos e ouvimos notícias, testemunhos de pessoas próximas e a saúde volta a bater no fundo, outro fundo ainda mais profundo. É por isso que questionamos a Sra. Vice-Presidente, o que foi feito desde então neste concelho de Setúbal e para onde caminhamos?

Manuel Fernandes (PS) – A questão que me traz aqui é muito simples, um pouco pragmática até, tem a ver com a organização e a gestão das obras na estrada da Mitrena. Como todos sabem, dirigem-se para aquele local diariamente milhares de viaturas e muitos trabalhadores e são várias as empresas que laboram ali, também, diariamente na sua atividade e que deveria estar dentro da normalidade, mas que, infelizmente, por causa das obras não ocorre com a normalidade devida.

Se é verdade que aquela estrada já precisava de obras e que é consensual que as obras estão em bom ritmo e estão a decorrer bem, também é verdade que isso acontece e, obviamente, também devemos aqui recordar que o dinheiro do PRR serve precisamente para este efeito. Aquilo que estamos a averiguar e estamos a apreciar durante o tempo que decorre a obra é que está manifestamente a incomodar bastante e mais do que aquilo que seria expectável devido, ao facto, de a obra ocorrer precisamente durante o tempo em que os trabalhadores se dirigem, quer das empresas para o regresso a casa, quer na altura em que os trabalhadores se dirigem para as empresas para começar a sua laboração.

São várias as empresas que têm laboração contínua e os trabalhadores que são rendidos uns pelos outros, nunca chegam a tempo e horas ou dificilmente chegam a tempo e horas e há trabalhadores a chegarem atrasados ao trabalho com cerca de 2 horas. Este tempo de atraso dos trabalhadores é pago pelas empresas e é pago como trabalho extraordinário para os trabalhadores que lá ficam. Há aqui penalidades, visto que a obra está a ser organizada e a ser desenvolvida no decorrer do dia e não existiu uma alternativa que previsse que esta situação pudesse ocorrer, daí que sendo necessárias as obras, elas, contudo, não estão a decorrer da melhor forma, porque o incómodo e o impacto quer económico, quer em termos de constrangimentos para milhares de pessoas e para as próprias empresas no seu fluxo normal de atividade é bastante pertinente. Gostaria de saber se o executivo tinha previsto que esta situação estaria a decorrer com a normalidade devida ou se tinha previsto alguma alternativa para que o acesso ao Parque Industrial da Mitrena se fizesse numa outra via alternativa e se fosse possível até, porque a obra ainda está para durar, criar um plano de mobilidade de maneira a que incomodasse o mínimo possível ou mitigasse os danos ou impacto junto daqueles que diariamente se têm de deslocar para aquele local.

Flávio Lança (IL) – A minha intervenção é dirigida, obviamente, aqui ao executivo, e vem reforçar um tema que já foi aqui falado que é o estacionamento tarifado. Gostaríamos de saber de que forma é que o executivo está a fiscalizar as ações da DATAREDE e que ações já tomou ou vai tomar.

Realmente foi aqui apresentado um conjunto de temas que suscitam dúvida sobre a legalidade das ações da DATAREDE, mas isto também se liga com alguns temas que gostava de reforçar ao que já foi dito, que tem a ver com a própria segurança na cidade.

Verificamos que existem aqui alguns lugares de estacionamento cujas dimensões não são suficientes para um automóvel ligeiro e muitas vezes verificamos que o automóvel está encostado ao passeio, mas tem parcialmente a traseira na estrada, existem lugares marcados a menos de 5 metros das passadeiras, portanto, os lugares estão em cima das passadeiras, o que, também, nos parece que é algo que é irregular.

A última que verificámos é que na Várzea existem lugares marcados em frente a duas paragens. As paragens estão no passeio e ao lado estão os lugares de estacionamento mesmo em frente, não sei sequer como é que as pessoas, se estiverem ali os carros estacionados, saem do autocarro e vão para a paragem. Gostaria de ouvir o que é que o executivo tem a dizer.

Maria João Palma (PS) – No âmbito da intervenção do Vítor Rosa, do Bloco de Esquerda, e também do Simão Calixto, gostava de questionar diretamente o executivo relativamente ao desrespeito pela Comissão que foi aqui nomeada, Comissão Eventual de Acompanhamento das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Acho que a situação está a ultrapassar todos os limites do desrespeito por esta Comissão que foi aqui eleita, ou bem que ela funciona e exerce a sua função ou então há qualquer coisa na democracia desta autarquia que não está, efetivamente, a funcionar.

Nós requeremos uma série de apresentações que não nos foram facultadas, fizemos “n” propostas relativamente às atividades, as quais foram incluídas no plano de atividades. A Comissão não tem conhecimento das diligências que são tomadas no que diz respeito às atividades que, entretanto, vão sendo propostas, o Presidente ou o Coordenador da Comissão não é avisado atempadamente, nem sequer é convidado, em representação da Comissão, a estar presente em algumas iniciativas que parecem de círculos fechados. Portanto, gostava que os representantes da vereação nos prestassem esclarecimentos relativamente a este desrespeito por esta Comissão.

Vítor Rosa (BE) – Relativamente a esta questão da Comissão Eventual das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, é com algum espanto esta interpretação do Simão Calixto quanto ao papel de cada um dos órgãos aqui dentro no que diz respeito a esta Comissão. Ou seja, esta Assembleia tem toda a legitimidade para aprovar Comissões Eventuais, procurou junto do executivo ter um interlocutor direto, o qual foi nomeado, e a partir do momento em que a Câmara designa um interlocutor, esperamos que haja todo este respeito por essa Comissão e que haja uma boa comunicação entre as partes. É essa falha que tem acontecido por parte do executivo que nós levantamos aqui, mas agora dizer que é a Câmara que toma as decisões, vamos por partes, então, se calhar, o melhor é fechar a loja desta Comissão Eventual já que o PCP nenhum contributo deu em termos de ideias para iniciativas sobre as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril nesta Comissão Eventual. Se é esse o entendimento, então que se feche esta comissão, porque pelos vistos não estão muito interessados em que esta Comissão da Assembleia Municipal funcione.

Simão Calixto (CDU) – Não estava à espera de que a minha intervenção gerasse tanta celeuma. De facto, esta Assembleia criou uma Comissão que procura e tem feito propostas sobre as comemorações, mas acho que não é nenhum espanto, nem nenhuma coisa estranha que seja a Câmara a executar esse programa. Aliás, a Câmara é o órgão executivo deste Município, não é a Assembleia Municipal.

Já agora, sobre quem deve ser convidado, acho que devem ser convidados todos os eleitos da Assembleia Municipal, não só os da Comissão, acho que é isso que tem sido feito e acho que é esse o caminho que temos de tomar. Agora, acho que a Assembleia não se pode substituir, também, na execução e naquilo que são as competências da Câmara, porque o órgão executivo é a Câmara.

2. Intervenção do Executivo

Vice-Presidente da Câmara – Vou tentar responder aqui a algumas questões e depois passarei a palavra aos senhores vereadores, nomeadamente nas questões do estacionamento e das obras aqui da Estrada da Mitrena para poderem também dar os seus contributos.

Foram aqui levantadas, para além destas que já disse, algumas questões relacionadas com o tema da saúde e informar que relativamente ao Centro de Saúde de Azeitão a situação mantém-se, aliás, já foram públicos os bastantes apelos que o Sr. Presidente da Câmara tem vindo a fazer e ainda ontem na reunião de Câmara foi feito um ponto de situação relativamente àquele equipamento, às diligências que a Câmara tomou e à vontade que a Câmara Municipal tem de prosseguir neste caminho.

No fundo, há aqui um pouco a ausência de resposta, quer em relação a quando é que o Centro de Saúde estará a funcionar plenamente, quer em relação aos outros projetos dos outros Centros de Saúde que a Câmara se disponibilizou a tratar, nomeadamente o Centro de Saúde da Bela Vista que já tem um caminho muito adiantado, mas que neste momento se encontra num impasse e também o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, esse um pouco mais atrasado, mas a Câmara Municipal já disponibilizou terrenos há muito tempo.

Relativamente às questões que a senhora deputada Isabel colocou, também nos preocupa bastante, porque temos a noção de que dentro do Centro Hospitalar existem muitas dificuldades, temos promovido uma série de encontros e de reuniões, nomeadamente os três Presidentes das Câmaras desta zona do território Arrábida têm feito muito por isso. De qualquer maneira sabemos que este problema passa por esta questão, também, dos Centros de Saúde.

Ontem, o Sr. Presidente anunciou que a Câmara Municipal não esteve disponível para indicar um elemento para o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde por identificar que há muitas questões que têm de ser resolvidas primeiro, antes de se poder dar este passo.

Efetivamente, estamos aqui com o som de muitas campanhas a tocar, porque são os nossos municípios, são aquelas pessoas que precisam dos cuidados do Centro Hospitalar de Setúbal que estão, neste momento, a sofrer com a situação. É lamentável termos as urgências encerradas a espaço, termos as urgências pediátricas também encerradas com bastante frequência e aquilo que nos foi transmitido é que seria uma situação pontual e acabou por se tornar numa normalidade e isso é certamente de lamentar.

Quanto à questão que a senhora deputada Eunice Pratas colocou relativamente às pessoas de estarem a viver na rua, em condição de serem sem-abrigos, a Câmara Municipal já há muitos anos que integra a Estratégia Nacional para esta área, esta Estratégia Nacional está no projeto ENIPSSA (Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo) e aqui no nosso concelho é coordenado pela Cáritas Diocesana. Este trabalho é feito em estreita parceria com a Divisão de Direitos Sociais do Município e com a nossa Proteção Civil e aquilo que posso dizer é que, neste momento, existe um apoio técnico da nossa Câmara Municipal a esse projeto e existe, também, a disponibilização de dois apartamentos que fazem esta função de poderem acolher as pessoas na sua condição.

Efetivamente aquilo que temos vindo a assistir, e como a senhora deputada disse, não é só em Setúbal, mas em muitas outras localidades, infelizmente. Há um aumento do custo de vida, questões relacionadas com problemas de despejos de habitação que estão a acontecer e isso tem dado muito poucas hipóteses a algumas pessoas de conseguirem ter uma vida digna e penso que as pessoas, não por sua opção, mas porque não têm outras opções, têm muitas vezes visto na rua uma possibilidade de resolver os seus problemas.

Da parte da Divisão de Direitos Sociais há esse levantamento, há esse acompanhamento e o que temos vindo a assistir é um aumento de pessoas que estão nessa situação, o que também é preocupante. Sabemos que, no nosso concelho, continuam a existir despejos, e é preciso, é urgente alterar-se a legislação relativamente aos despejos, é urgente alterar-se a legislação, a chamada “legislação Cristas” que já havia sido feita no tempo do Governo de Passos Coelho e da troika e que já estava mais do que na altura de podemos reverter isto.

Temos muitas pessoas que, infelizmente, hoje no nosso país trabalham, mas não têm capacidade para responder às suas obrigações e isto, em muitas situações, atira as pessoas para estas situações precárias e depois, como nós sabemos, muitas vezes existe uma vergonha, uma vergonha escondida da pessoa estar uma situação difícil e não querer dar a conhecer.

Os nossos técnicos trabalham muito nessa área e tentam prestar todo esse apoio em conjunto, sempre, com a Cáritas e, por isso também a função aqui destes apartamentos.

Nós estamos atentos, também, às condições climáticas, a Proteção Civil está atenta às condições climáticas e à semelhança do que aconteceu no ano passado, a Câmara também poderá, caso isso se venha a verificar, implementar o seu plano de contingência relativamente a esta matéria.

Em relação às outras questões que foram colocadas, dizer ao senhor deputado Ilídio Ferreira que já vou dar a palavra à senhora vereadora Rita Carvalho para responder às questões do estacionamento, mas estes 10 minutos que temos são muito pouco para responder e julgo que o Sr. Presidente nunca desrespeitou esta Assembleia Municipal e eu hoje, também, não vou conseguir dar resposta a estas questões todas e peço ao senhor deputado que na sua intervenção, também, tenha isso em consideração. Porque até para nós e para o nosso trabalho político é sempre preferível dar a conhecer aquilo que fazemos e tentarmos explicar tudo o que fazemos do que evitarmos dar a resposta. Sempre que não o podemos fazer, para nós, fica aqui esse problema de que não nos estamos a esconder daquilo que não queremos responder, simplesmente, e já estou aqui a falar há 7 minutos e ainda não disse tudo o que devia dizer, mas tendo em conta a questão do estacionamento e da estrada da Mitrena, vou já passar a palavra.

Por fim, falar em relação às Comemorações do 25 de Abril, penso que todos os membros desta Assembleia foram convidados para todas as iniciativas que existiram relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente está empenhado na questão dos 50 anos do 25 de Abril, aliás, toda a Câmara Municipal e penso que toda a Assembleia Municipal está empenhada nestas comemorações, porque é um marco muito importante.

Há pouco estava na Cerimónia da Tomada de Posse da Santa Casa da Misericórdia e o Sr. Bispo até dizia “*Não nos deixemos levar por coisas que não são interesse*”, aqui o interesse é que a nossa democracia está a celebrar os 50 anos, julgo que a Comissão terá toda a legitimidade para colocar as questões, quer à Assembleia Municipal, quer ao Executivo Municipal, mas unirmo-nos aqui, porque o mais importante é fazermos a comemoração deste aniversário, desta efeméride. Não é só uma efeméride, é efetivamente um marco importante para o futuro.

Vereadora Rita Carvalho – Dando aqui resposta às questões que foram colocadas sobre a mobilidade, não podemos deixar de dizer que a mobilidade abrange uma série de temáticas e que não nos podemos centrar só na circulação automóvel e no estacionamento tarifado, neste caso, na regulação do estacionamento tarifado ou de outra forma.

São dois temas, dois assuntos seríssimos que são muito exigentes do ponto de vista da gestão destes dois processos e que o fazemos da melhor forma possível e com todo o prazer, tentando melhorar todos os dias. Do ponto de vista da questão, de forma objetiva, quanto ao cumprimento do contrato já foi aqui dito, também nas reuniões da Câmara Municipal, que considerando os incumprimentos está a ser avaliada juridicamente a forma de atuar junto da concessão ou do concessionário e quanto a isso, para breve, traremos uma proposta naquilo que respeita ao cumprimento.

Obviamente que a atuação da concessionária tem de ser no estrito cumprimento da legislação e não pode haver contraordenações que não estejam previstas aos concessionários, nem uma atuação ou uma contraordenação que vá para além daquilo que é o previsto nas concessões do estacionamento tarifado e do Código da Estrada, sendo que, em particular é o artigo 71 que pode ser alegado.

Penso que ainda está aí o município, se calhar já não, que fez a intervenção sobre os lugares que estejam afetos à concessão e que sejam gestão da concessionária. Estes assuntos são acompanhados diariamente pelas equipas técnicas do Município e é diariamente confrontada a concessionária dentro daquilo que é o nosso conhecimento do que nos chega pelo exterior e pelo acompanhamento de proximidade, em que são colocados os incumprimentos e as necessidades de correção.

Dizer que não pode haver contraordenações quando não há o cumprimento, para além de outras questões, da sinalização horizontal ou vertical. Sobre isso, também, já houve uma notificação ao concessionário.

Sobre a questão dos transportes públicos, para além, de conhecerem, porque votam o orçamento, foi aqui anunciado que, de facto, é muito exigente do ponto de vista financeiro, é uma competência recente das autarquias, portanto, era uma competência do Estado. Enquanto foi do Estado, foi completamente desvalorizada, hoje é uma competência partilhada entre o Estado Central e as Autarquias, é muito exigente para todas as autarquias o financiamento do sistema. O que estamos a avaliar, agora que estabilizada aquilo que é a rede e o serviço prestado pelo prestador de serviços, é o redesenho da rede e a adequação de horários. É um estudo que demora tempo e que exige a sua reflexão e maturação.

Vale a pena, também, dar aqui algumas notas relevantes relativamente ao lote 4, que é o território em que o Município de Setúbal está envolvido, e relativamente ao contrato há um cumprimento de 110%, ou seja, 10% de serviço acima daquilo que foi contratado.

Vale a pena, também, dar aqui uma informação relativamente à venda dos passes municipais que têm tido, durante o último ano, um crescimento, um aumento de 5% mensais naquilo que é a aquisição destes títulos. Sobre a Rua 25 de Abril, já foi aqui referenciado diversas vezes pelo senhor deputado Manuel Esteves e respondido pelo Sr. Presidente, é uma responsabilidade da IP, depende diretamente do Ministério das Infraestruturas e a sua beneficiação depende diretamente do Orçamento de Estado. Ainda assim, é uma questão que foi colocada na reunião que tivemos em novembro com a Administração das Infraestruturas de Portugal, que na altura ia ser verificado o que era possível fazer, do ponto de vista do orçamento disponível daquela entidade e que já insistimos, mais tarde, na necessidade de resposta e de negociação. Lembrar que houve um compromisso em 2019 com a Junta de Freguesia de que ia haver um investimento nesta rua, por parte da IP, e que, de facto, até à data de hoje nada se verificou.

Vereador Carlos Rabaçal – Vou ser muito rápido. Em relação a esta Estrada Nacional, que é a 25 de Abril, nós estamos proibidos de intervir e se interviermos somos sancionados, portanto, para além de tudo o que disse a senhora vereadora é preciso também dizer isso.

Em relação à questão dos contentores de recolha de lixo que referiu, dar nota que os Serviços Municipalizados fizeram agora um ano, acabaram a sua transição e instalação, estão agora numa fase de consolidação, mas esse trabalho está a ser feito num estreitamento com as juntas de freguesia e estamos a analisar em todas as freguesias os pontos mais críticos de recolha de resíduos e avaliar as intervenções a realizar para aperfeiçoar, melhorar e aprofundar a qualidade do nosso serviço em estreita cooperação com as juntas de freguesia. Daí esta referência aos contentores que foi feita.

Em relação à Mitrena, dizer que aquilo tem de ser feito e não há alternativa a circular no mesmo sítio onde há obra. Há uma linha de fuga, que a Proteção Civil definiu há muitos anos, uma estrada de fuga de terra batida que tem sentido de saída, não tem sítio de entrada, e que foi feito em situação de alguma crise, cataclismo ou um desastre grave naquela zona. E essa via não tem condições de circulação corrente, não há nenhuma alternativa ali. O que vimos com o empreiteiro foi que realizasse a atividade de uma forma tão eficaz quanto possível, garantindo a circulação do trânsito.

Numa fase inicial houve ali uma perturbação maior, depois com a GNR conseguiu-se equilibrar essa situação. Há momentos pontuais em que o trânsito flui menos, mas é uma situação que se não se fizer, nos termos em que está a ser feito, podemos ter ali situações muito graves e estamos a criar condições de mobilidade e segurança, quer para toda a área industrial, mas também para as pessoas que lá trabalham e que circulam diariamente naquela via.

Estamos num grande esforço para garantir que isto se resolva, a obra vai acabar no fim de maio/junho, faltam 6 meses para ficar concluída e vamos tentar insistir com o empreiteiro para se conseguir garantir o máximo de mobilidade. Agora, o grande problema daquela situação é que não há alternativa nenhuma àquela via, daí a necessidade de a melhorar, ampliar e garantir situações de acostamento e outras soluções que estão a ser, neste momento, criadas e estabilizadas e que não existiam antes e que tornavam aquilo um perigo muito grande.

Não posso dizer muito mais do que isto, porque alternativa, de facto, não há a não ser gerir o melhor possível o andamento da obra para garantir o mínimo de perturbação possível na mobilidade, quer das mercadorias, quer dos trabalhadores.

Manuel Esteves (PS) – Só queria aqui perceber que, segundo a resposta, e assim será e assim é com certeza, não duvido da resposta que me foi dada sobre a Rua 25 de Abril, mas então em que ficamos, fica assim a Estrada 25 de Abril para sempre? Será que a Câmara vai ter alguma interferência sobre as Estradas de Portugal para que o assunto seja resolvido o mais rápido possível?

Vereadora Rita Carvalho – Só redizer o que já disse, a Câmara teve uma reunião com a Administração das Infraestruturas de Portugal em novembro, em que a questão da repavimentação da Estrada 25 de Abril foi uma das matérias colocadas, na ausência de resposta, já fizemos uma nova insistência, portanto, terá de se fazer um requerimento às Infraestruturas de Portugal. Acho que era adequado a Assembleia de Freguesia e a Assembleia Municipal fazerem um requerimento às Infraestruturas de Portugal, fica a minha sugestão.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Deliberação n.º 01/2024/AM – Relatório da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, referente ao Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no Município de Setúbal e na Região e respetivo Regime Tarifário

Isabel Conde (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal emitiu parecer favorável por unanimidade (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18).

Acredito que esta Assembleia estivesse com grandes expectativas relativamente à aprovação do relatório, mas a Comissão gostaria de pedir alguma compreensão e pedir que baixe novamente à Comissão, porquê? Porque antes desta sessão começar levantou-se aqui uma questão que poderá ser de pormenor, mas para que não se torne de por maior, deveríamos voltar a refletir nela. Para isso, relativamente até aos Serviços Municipalizados de Setúbal, gostaríamos de propor que fosse, novamente, ouvido o senhor vereador Carlos Rabaçal, se for esse o entendimento.

Desde já agradeço o empenho de todos os elementos da Comissão e também a quem tem redigido, quem tem feito as atas, ao secretariado, e o empenho de todos e penso que não será por uma questão que não se entenda muito bem o que está lá escrito que possamos aqui não deixar passar o relatório ou retificá-lo e gostaria da aprovação.

Presidente da Mesa – Há uma questão de esclarecimento das declarações do senhor vereador Carlos Rabaçal enquanto estava a representar os Serviços Municipalizados ao Município e que foi ouvido...

Agradece-se às pessoas que estão no corredor que façam menos ruído, por favor.

É preciso aclarar as declarações e, portanto, o que é sugerido é que regresse este projeto de relatório à Comissão para que se esclareça com o senhor vereador Rabaçal e na próxima reunião da Assembleia, que será a ordinária de fevereiro, teremos o relatório já devidamente explicado e acertado.

Alguém se opõe a este procedimento? Há unanimidade da Assembleia para que volte à Comissão.

Mário Aranha (PS) – Senhor Presidente, só uma questão, podia aclarar melhor o que é que aconteceu afinal, para nós não votarmos? Parece que há uma divergência nas declarações do vereador relativamente ao relatório, é isso?

Presidente da Mesa – Há declarações prestadas e há uma transcrição no relatório que o senhor vereador diz que não corresponde exatamente àquilo que ele terá dito naquela altura e que o sentido das coisas na transcrição, às vezes, é diferente. Nem corresponde a afirmações e explicações que ele terá feito na própria reunião de Câmara e publicamente, portanto, para não existirem essas dúvidas, o melhor é conferir com as pessoas que fizeram as declarações, é só isso.

Vítor Rosa (BE) – Deixava uma nota Sr. Presidente, por norma as atas das comissões ficam nas próprias comissões, ou seja, dos membros que dela pertencem, que começasse a ficar como registo de se enviar a ata para os membros da Comissão e também para os intervenientes, ou quem foi auditado durante estas comissões para que recebessem também a ata dessa reunião.

No caso concreto, os SMS foram ouvidos, através do senhor vereador, em junho de 2023, ou seja, passados 6 meses e estamos aqui a discutir uma questão que poderá ser relevante para o relatório e a sua aprovação e discussão em sede da Assembleia. Que ficasse essa nota para que futuramente em todas as comissões, onde houvesse atas, que sejam, para além dos membros da Comissão, também chegassem aos intervenientes em cada uma das reuniões e em cada uma das circunstâncias.

Presidente da Mesa – De acordo, isso é o procedimento correto, o que se passa nas comissões, que são parte da Assembleia a funcionar, deve ser do conhecimento de todos os membros da Assembleia através da disponibilização das atas.

Quando haja intervenção de entidades externas à Comissão ou à Assembleia, deve ser, também, a essas entidades comunicado o *Draft* ou o projeto do relatório. A questão aqui não se pode pôr em 6 meses, porque é quando o relatório aparece é que isto foi notado, portanto, a questão é relativa ao relatório e não é exatamente uma ata que tivesse sido distribuída antes.

Maria João Palma (PS) – Queria apenas deixar claro que o relatório foi aprovado por unanimidade em sede de Comissão e que todas as atas foram, também, redigidas e direcionadas a todos os membros da mesma Comissão e as retificações para que existisse a ata final foram de todos os membros desta Comissão. Deixar esta nota que o relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa – Certo e o deputado Vítor Rosa não disse o contrário, sugeriu foi que, também, os representantes de entidades que vão prestar declarações ou participem na Comissão, também, receberem.

Maria João Palma (PS) – Não retirou as minhas palavras a legitimidade do senhor vereador de pedir a retificação ou se apresentar noutro contexto, mas tinha necessidade de clarificar esta circunstância.

Simão Calixto (CDU) – Julgo que seria útil, se calhar, a Câmara também dizer qualquer coisa sobre isto só para percebermos melhor, é a sugestão da CDU. Julgo que era útil para o esclarecimento das questões para não ficarmos aqui todos com uma ideia esquisita.

Presidente da Mesa – Solicito ao senhor vereador Carlos Rabaçal, o favor de explicar melhor aquilo que precisa de ser aclarado.

Vereador Carlos Rabaçal – Senhor Presidente, entendo que não vale a pena estar aqui a conversar sobre o texto, o que coloquei foi que as minhas declarações públicas sobre a matéria versada no relatório e discutida na Comissão estão feitas, estão gravadas na reunião de Câmara e estão em ata, estão gravadas na Assembleia Municipal e estão em ata, estão em jornais, estão em rádios e o que vem aqui transcrito não corresponde àquilo que tenho dito todos os dias sobre esta matéria. Existem aqui algumas falhas de transcrição e há mesmo alguma mistura de temática.

Tivemos uma conversa de cerca de uma hora, é muito difícil, e também falo depressa, não há gravação e as pessoas tomaram as notas que entenderam, muito bem, mas quando vamos ver há textos que não corresponde de todo ao que eu penso e há textos que estão transcritos de forma tal, que se lerem com alguma calma não se percebe o que está escrito. São misturas de várias coisas que eu disse, mas que misturadas não fazem sentido. Acho que não é razoável que se mantenha e já agora, também, posso acrescentar que no caso concreto das declarações da AMARSUL, há coisas que eu conheço da ação da AMARSUL, há duas ou três incorreções que eu entendo que devem ser vistas também.

Talvez fosse preferível, o que propôs o deputado Vítor Rosa, que feita a auscultação das entidades se pudesse devolver às mesmas um *Draft* do relatório no que diz respeito às suas declarações, para que possam confirmar se está conforme. O que interessa na auscultação é garantir que no relatório cada entidade fique com o seu pensamento e aquilo que propôs devidamente definido, uma vez que não há gravação. Não havendo gravação, é muito difícil, porque uma coisa é haver gravação como há aqui, como há na reunião de Câmara e está lá tudo, agora numa conversa de uma hora e tal em que várias pessoas tomam várias notas, às vezes, as coisas não funcionam bem. Creio que era muito importante que se resolvesse este assunto, ou então, em última análise, tem que haver uma solução diferente de auscultação, que é uma pergunta e há uma resposta muito definida e não uma conversa que depois não é tão fácil assim retirar as conclusões como foi, de facto, numa conversa de uma hora com muitas perguntas e muitas respostas e, de facto, isso não facilita o trabalho imenso de quem está a escrever e a tomar notas. Acabou, do meu ponto de vista, por não ficar fidedigno.

Como isto é um documento oficial da Assembleia Municipal e é um documento que vai ser enviado a todas as entidades, seria muito desagradável que as entidades ao receberem o relatório não se revissem no que lá está, o que não tem nada que ver contra as pessoas que redigiram. É natural que haja falhas, nada melhor do que ouvir as próprias entidades sobre o texto que foi escrito e a nota de registo das declarações.

Era o que tinha para dizer Sr. Presidente, mas não queria entrar na conversa do texto, mas se fosse necessário não há problema nenhum, tenho o texto todo anotado com todas as questões que considero que não estão bem e isto era fácil de explicar e conversar, mas acho que não é este o objeto desta intervenção, até porque foi proposto que fosse adiado a sua aprovação para outro dia e nessa altura, então, se houver alguma matéria para discutir, discutir-se-á.

Presidente da Mesa – Creio que está tudo claro, mas a senhora deputada quer ainda dizer alguma coisa?

Isabel Conde (PSD) – Agradeço a compreensão, apenas gostaria de deixar aqui nota de que existem metodologias para audições, que estão claramente definidas, e que a Comissão, tal como outras comissões, seguramente irá seguir todo o procedimento legal que lhe assiste. Obrigado pela compreensão, tudo a favor da clareza.

Não havendo mais intervenções, o relatório baixou à Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

2. **Deliberação n.º 02/2024/AM – Delib. CM n.º 997/2023 – Cedência de área do domínio público municipal à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, para instalação e exploração de quiosque com esplanada aberta, em Quinta da Amizade, Setúbal**

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Mário Aranha (PS) – Obviamente que concordamos com esta iniciativa e iremos votar a favor, contudo, gosto de fazer um bocadinho de arqueologia e descobri a notícia de fevereiro de 2017, onde já se anunciava a construção do Parque Verde na Quinta da Amizade. O que é que dizia essa notícia de fevereiro de 2017? Dizia que ia ser construído um Parque Verde com um perímetro de 500 m², com equipamento geriátrico para a prática desportiva ao ar livre, pequenas pontes em linhas de água, definição de zonas para a prática de jogos informais, a par da construção de um quiosque, o qual demorou 7 anos para ser construído. Curioso! Mais um Parque Infantil, laranjais e um campo de jogos polidesportivos. Isto foi o que anunciaram em fevereiro de 2017, passaram-se 7 anos e continuamos à espera da construção de todas estas valências.

Sabemos que já há algumas máquinas, já se começa a ver aqui algum trabalho, mas nós, principalmente os moradores na Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes, Quinta da Serralheira, estão preocupados, porque nós já temos uma experiência com o Parque Verde da Várzea, que está para construir há 10 anos e o que temos, neste momento, é um pântano no meio da cidade. Não sabemos em quantas fases é que isto vai ser construído, já vai em 7 anos, não sabemos se vai demorar 10, 12, 15, 20, esperemos que não, porque, entretanto, o PS irá ganhar as eleições e vamos terminar a obra.

De referir, ainda, que esta fase vai orçar em cerca de 265 mil euros, segundo informações tornadas públicas pela Câmara Municipal. Parece-me que 265 mil euros é muito escasso para fazer isto que está aqui prometido desde fevereiro de 2017, portanto, mais uma vez vamos ver que isto vai ser uma obra incompleta.

Também só aqui um pequeno apontamento e uma nota, esta iniciativa foi anunciada como o maior investimento, extra PRR, que a Câmara Municipal vai fazer na Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e nestes bairros, em particular, orçado em 265 mil euros, isto quer dizer que a Câmara vai aplicar apenas 0,1% do orçamento na Junta de Freguesia. Agora não sei se os moradores, também, só vão pagar 0,1% do IMI e do IRS.

Simão Calixto (CDU) – Só para fazer um reparo, de facto, as obras do Parque Urbano da Quinta da Amizade estão em curso, mas podíamos falar de outras obras que são da responsabilidade do Governo do PS que não estão em curso, como o Centro de Saúde da Bela Vista, o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, entre outras que podíamos aqui falar.

A requalificação de escolas secundárias aqui no concelho, a construção do pavilhão na Escola Secundária Dom Manuel Martins, entre outras que demoraram anos e anos, como a Escola Superior de Saúde que vai começar agora a ser construída e há 20 anos que não tinha edifício. Tudo obras que os governos do PS podiam ter começado aqui no concelho de Setúbal e não começaram e durante muito mais anos do que o Parque Urbano da Quinta da Amizade.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – A Junta de Freguesia desde o início deste mandato que tem estado a fazer um trabalho muito estreito com a Câmara Municipal de Setúbal e já foram dados dois terrenos na Quinta da Serralheira, um para a construção do Pólo Operacional e de uma Praceta, outro para a construção de um Parque Infantil e de um Quiosque e agora esta proposta com o intuito de se vir a construir um Quiosque na Quinta da Amizade. Assim vamos resolver dois problemas que existem naqueles loteamentos, porque lá não existe qualquer tipo de comércio.

Queria ficar por aqui, mas já agora dizer aqui uma coisa, quando se está a falar aqui em 2017, tenho pena que no ano 2000 quando foi aprovado o loteamento da Quinta da Amizade que o Partido Socialista, que tinha a gestão na Câmara Municipal, não tivesse obrigado o promotor do loteamento a construir estas obras. Por vezes, já disse isto aqui noutra Assembleia Municipal e não queria estar a repetir, mas aquilo que foi feito pelo Partido Socialista quando geriu a Câmara e quando aprovou aqueles três grandes loteamentos não teve em atenção um passeio que ligasse a parte velha do Alto da Guerra ao loteamento da Quinta da Serralheira do Vale Ana Gomes, teve de ser a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, a posterior, fazer isso. Não deixou terreno disponível para fazer uma ampliação do parque escolar, porque sabia-se que uma zona que tinha uma escola que foi feita pela população a seguir ao 25 de Abril que servia o Alto da Guerra e Poço Mouro cerca com cerca de 800 habitantes e que com a construção destes novos loteamentos que ia passar a ter 6, 7 mil habitantes, tinha por obrigação de ter feito esse planeamento. Não foi construído um único Parque Infantil pelos promotores dos loteamentos e podia falar-se aqui de mais um conjunto de situações.

É verdade que o Parque Verde não está feito, mas também não ficava mal ao senhor deputado ter dito aqui que a iluminação pública já foi feita e que foi 110 mil euros e que foi feito há bastante pouco tempo.

Também em relação ao valor que foi apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, na conferência de imprensa, dizer que aquilo é uma parte, porque onde vai ser feito o Quiosque, que é na zona onde está o Parque Canino, a Câmara Municipal vai fornecer materiais à Junta de Freguesia que vai intervencionar aquela zona onde vai ser construído o Quiosque e também um Parque Infantil.

Já agora dizer aqui, também, que a Junta de Freguesia decidiu, em dezembro, adquirir 600 m² de piso emborrachado para a construção de dois novos parques infantis que vai fazer na Quinta da Amizade e na Quinta da Serralheira e também para remodelar na totalidade o Parque Infantil do Bairro Operário, remodelar, também, o piso do Parque Infantil da Escola de Gâmbia e remodelar na totalidade o Parque Infantil da Escola do Montinho da Cotovia.

Deixar aqui estas notas, por isso, a CDU pode não fazer tudo bem feito, mas o histórico que o Partido Socialista tem ali naquela zona não abona nada a favor das populações.

Flávio Lança (IL) – A Iniciativa Liberal, obviamente, que acha que esta proposta valorizará o Município e irá acompanhá-la, queria, no entanto, se for possível, um esclarecimento relativamente ao ponto 2 da proposta, onde indica que esta cedência, tendo em vista a instalação e exploração do Quiosque, será feita por adjudicação e questionamos porque é que não será feita por concurso.

Mário Aranha (PS) – É só constatar que, de facto, tanto o Sr. Presidente de Junta como a bancada da CDU, ficam satisfeitos com o investimento municipal de 0,1% do orçamento nesta Junta de Freguesia. Ficamos por aqui.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Nós não ficamos satisfeitos com essa percentagem que o senhor deputado está a dizer, porque, neste momento, há uma coisa que os senhores já não falam, as obras de saneamento básico que já arrancaram na Mourisca. Os Serviços Municipalizados têm a 2ª fase em preparação, de lançar o concurso, que vai desde a “Pérola da Mourisca” até à passagem de nível, ao pé do restaurante “O Gomes”, que contempla toda aquela zona.



Também já foram requalificados os canteiros na Quinta da Serralheira que passa os 4.500 m², quando ficar concluído o espaço na Quinta da Serralheira onde vai ser feito o Quiosque, o Parque Infantil, a Praça, o Pólo Operacional, são mais cerca de 5 mil m² de requalificações que são feitas em parceria com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. A Junta de Freguesia tem dado a mão de obra e a Câmara Municipal tem fornecido os materiais. Há mais um conjunto muito grande de coisas que estão programadas e que os senhores, muito brevemente, vão ter conhecimento disso tudo.

É um trabalho que está a ser feito em parceria com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia e o valor que o Sr. Presidente da Câmara se referiu na conferência de imprensa é da empreitada que a Câmara Municipal vai fazer numa parte do Parque Verde.

Por isso, senhor deputado, nós não ficamos satisfeitos com isso, nós queremos muito mais, trabalhamos todos os dias para que a nossa freguesia e o nosso concelho naquela zona melhore e é o que estamos a fazer e nunca estamos satisfeitos, mesmo que consigamos fazer muito, queremos sempre fazer muito mais.

Não há ninguém que tenha no pensamento um sentido positivo de fazer sempre mais que aquilo que nós pretendemos fazer e nem sempre fazemos bem feito, sabemos que somos seres humanos e que erramos, mas acho que o trabalho que tem sido feito, e falo que quando fui Presidente de Junta, pela primeira vez, o Município de Setúbal não tinha uma única pessoa a varrer na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, sei que já lá vão muitos anos, mas tenho muito orgulho também do trabalho que está a ser feito neste momento, ter uma freguesia limpa, uma freguesia organizada, os espaços verdes organizados e cada vez mais espaços requalificados, ter as escolas ao nível das melhores, há um conjunto de coisas que só nos dá orgulho e isso só nos dá mais força para trabalharmos no dia a dia para bem das populações.

Não havendo mais intervenções foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

3. Deliberação n.º 03/2024/AM – Delib. CM n.º 1021/2023 – Projeto de Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais

Isabel Conde (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, em reunião no dia 20, entendeu deixar em ata o seguinte: Não esteve presente para os necessários esclarecimentos aos elementos da Comissão, nenhum elemento nem do executivo, nem por este designado. Ficando decidido na Comissão que as questões inerentes aos pontos da OT, irão ser apresentadas individualmente por cada força política.

Relativamente à votação a Comissão emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PSD e da IL e a abstenção do CH, do BE e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Vítor Rosa (BE) – Aproveitar para pedir alguns esclarecimentos, contando com a presença do senhor vereador Carlos Rabaçal, se relativamente às dúvidas da SAPEC, que estão contempladas nas páginas 4, 5, 6 e 8 deste documento, no que respeita às exigências da SIMARSUL nos seus pontos 10 e 11 quanto à suspensão de receção de efluentes a todos, quando o ilícito seja praticado por apenas uma empresa, ou reforçando as suas dúvidas no ponto 12, falando sobre o protocolo celebrado pela SPI, pela Câmara de Setúbal e Águas do Sado em 2009, que imputava as responsabilidades a cada uma das empresas. Estas foram algumas dúvidas levantadas pela SAPEC e saber se foram ultrapassadas.

Também nos pontos 18 e 19 é feita a referência pela SAPEC à não renovação de autorizações de descarga das empresas instaladas no parque, que já se mostram caducadas, que soluções para estes casos?

Relativamente ao regulamento, tenho aqui um pedido de esclarecimento e algumas notas, no artigo 11º, que é sobre descargas acidentais, no seu ponto 2, página 9 do regulamento é colocada a situação de aviso o mais rápido possível ou, pelo menos, num prazo máximo de 6 horas, como é que se chegou a este valor relativamente a estas 6 horas? Procura-se que seja feito o mais rápido possível, mas depois estende-se num prazo máximo de 6 horas, como é que se chegou a este valor?

No artigo 17º, que é sobre o autocontrolo, na página 13 e no seu ponto 3, os resultados de autocontrolo deverão ser enviados no prazo de 45 dias, não seria conveniente para correções de eventuais anomalias ou valores de análises ser mais curto este prazo?

Quanto ao artigo 24º, sobre as penalidades, também este esclarecimento, na página 16 e no seu ponto 1, valores de penalização pelo não cumprimento das obrigações do regulamento, se cruzarmos estes valores com os estipulados por lei nas contraordenações, que é o artigo 26º na página 17 e no ponto 1, os valores são mais baixos, porque dão a uniformização destes valores. Eram as questões que levantava.

Isabel Conde (PSD) – O PSD aqui neste ponto e relativamente ao regulamento, gostava de colocar a seguinte questão, foram feitos já algumas propostas/sugestões ao regulamento pelo PSD, pela vereação tanto em reunião de Câmara Municipal como por e-mail enviado pela senhora vereadora, e do que percebemos, por favor corrijam-nos se estivermos errados, não foram tidos em conta nenhuma destas propostas relativamente ao artigo 1º, ao artigo 6º e uma ou outra sugestão. Gostaríamos de saber se será necessário reenviar ou se de todo seriam para não serem tidos em conta.

Vereador Carlos Rabaçal – Vou tentar responder rapidamente e começava por responder às questões colocadas sobre a senhora vereadora Sónia Martins, que está aqui connosco, nós acolhemos uma proposta da vereação do PSD que tem a ver com o artigo 1º, com a definição do objeto do regulamento, visto que havia uma confusão entre objeto e objetivos, e aceitámos essa proposta.

Depois em relação às outras duas propostas, uma tem que ver com as penalizações e considerámos que já estavam garantidas no outro ponto e a outra proposta que não foi acolhida, tinha que ver com a introdução das águas residuais da atividade da saúde como águas industriais, mas as águas residuais da área da saúde são consideradas na categoria doméstica, portanto, não podem entrar aqui neste regulamento com definição de águas residuais industriais.

Julgo que este documento que tenho aqui na mão, teria sido entregue, porque faz parte do relatório até da apreciação.

Foram essas as questões que foram colocadas, aceitamos aquilo que nos parecia interessante, o ponto um, e as outras duas, uma não se adequa e a outra já estava previsto do nosso ponto de vista.

Quanto às questões colocadas pelo senhor deputado Vítor Rosa, a SAPEC fez um documento sobre este regulamento que em 90 e tal por cento não tinham nada que ver com o regulamento, sobre a situação do Parque SAPEC em relação às águas residuais, depois colocou duas ou três preocupações e fez propostas concretas.

Há uma história antiga com a SAPEC, na medida em que esta tem uma rede própria, os esgotos da SAPEC são da SAPEC, não são rede pública, e em princípio a SAPEC é um condomínio que entrega num ponto concreto as suas águas residuais como qualquer condomínio.

Houve aqui um protocolo que foi feito com a SAPEC numa perspetiva de, a prazo, aquelas infraestruturas virem à posse pública, dando-se ali um período transitório, sendo que uma das condições era a sua reabilitação integral, isto é, dos parâmetros que avaliamos agora já também nos Serviços Municipalizados não receberemos as infraestruturas da SAPEC, que são privadas, se não tiverem uma beneficiação e se não tiverem uma manutenção suficiente, do nosso ponto de vista, nos últimos 3 anos. Portanto, ou é novo, ou tem 3 anos ou não recebemos e eles têm de fazer essa intervenção. Eles sabem isso, assumem isso e vão, naturalmente, porque não faltava mais nada que o Município de Setúbal recebesse uma rede com 30 anos privada, com problemas e que depois fosse o erário público a pagar o impacto dessa rede não beneficiada.

Essa é uma história que estava associada a esse protocolo e nesse protocolo, também, as Águas do Sado, numa expectativa de ganhar mais uns trocos, o que é que fez com a SAPEC? Em vez de considerar a SAPEC um condomínio e receber num ponto único os efluentes da SAPEC, decidiu fazer acordos e contratos diretos com cada uma das empresas e tratou a SAPEC, não como um condomínio, mas como um sistema aberto em cima de uma rede privada. Isso não é passível de ser utilizado hoje, na medida em que as Águas do Sado tinham o sistema em alta e em baixa, isto é, faziam a recolha, o transporte e a entrega na ETAR e faziam o tratamento na ETAR. Agora quem faz o tratamento na ETAR é a SIMARSUL e esta não aceita esse procedimento, não aceita que qualquer resíduo não venha nas condições legalmente obrigatórias.

Então, o que é que o regulamento refere? É que, de acordo com as regras comuns, todo o efluente que vier sem condições seja da responsabilidade de qualquer empresa, é na prática da responsabilidade da SAPEC e nós, em princípio, não o receberíamos. Mas então, para não ficarmos numa situação um bocadinho difícil, o que é que decidimos? Estamos a trabalhar de uma forma muito estreita com a SAPEC e com as empresas, que são 4 ou 5 que não cumprem ou que têm dificuldades em cumprir e que têm de fazer intervenções e obras de requalificação para fazer o tratamento dos seus efluentes, de acordo com a lei. Já deviam tê-lo feito estes anos todos e não o fizeram, há empresas que não cumprem a lei há décadas, e isso foi aceite pelas Águas do Sado. O que é que estamos a trabalhar? Há uma empresa que já tem um prazo definido para fazer uma obra e essa obra vai garantir que o efluente tenha condições, há outra empresa que também já está a trabalhar, há outra empresa que está a planear e demos um prazo, nós e SIMARSUL, para aquelas que estabeleçam a sua situação, até lá têm um pré-tratamento, a maioria delas, que não funcionam o suficiente e estamos a trabalhar para garantir que vamos diluindo os danos até a situação estar resolvida.

Se houver alguma empresa que se recuse a cumprir a lei, nós não aceitamos o efluente e a empresa põe o efluente onde quiser, mas não o põe na ETAR. Arranje alguém que vá lá recolher e tratar do efluente e depois terá de ir parar à ETAR. Isto é algo que está muito claro, foi feita uma reunião com todas as empresas da Mitrena que têm essa dificuldade e acertamos e acordamos. A maioria das empresas não têm problema, têm efluentes normais, banais e a receção desses efluentes não tem qualquer dificuldade.

Dizer que tudo o que diz respeito à SAPEC tem este pano de fundo por detrás e o que estamos aqui a fazer é procurar garantir a qualidade ambiental e a garantir que cada um faça a sua parte, do ponto de vista da proteção ambiental.

Nós temos mesmo fora da SAPEC, por exemplo no Parque da Mitrena, uma outra empresa que é a AMARSUL que tem efluentes lixiviados que não estão em condições de receção e que tinham um acordo com as Águas do Sado para fazer essa receção e fazer a respetiva diluição. Colocámos essa questão à AMARSUL e está a estudar uma solução para resolver este problema. Fizemos uma queixa, porque a AMARSUL disse que não ia fazer nada, fizemos uma queixa direta à APA e à ERSAR e neste momento a própria APA e a ERSAR estão a ver qual é a melhor solução, mas o que é um facto, é que nós temos empresas de ambiente que não cumprem as regras mais básicas ambientais e isso é inaceitável.

Neste momento o processo está assim a decorrer e temos, por um lado os Serviços Municipalizados, o Município e temos por outro lado, o sistema em alta que é a SIMARSUL que desse ponto de vista também está a ser muito exigente e muito correta nesta matéria. Posso informar que, no caso concreto da SIMARSUL, já uma vez no Seixal tamponou, pura e simplesmente, os desviados do aterro e ficaram retidos os lixiviados e a empresa teve de resolver o problema com as empresas que lá foram recolher os lixiviados, tratá-los e depois depositá-los num outro sítio.

Não é aceitável e é uma vergonha que no século XXI empresas que são de ambiente e que têm como primeira responsabilidade tratar da questão ambiental não cumpram com a mais básica regra ambiental que é não poluir e cumprirem a sua parte em relação aos seus próprios efluentes.

Este regulamento não visa ser penalizador, visa ser um regulamento pedagógico, um regulamento em que as nossas equipas trabalham diretamente com as empresas procurando ajudá-las no cumprimento, encontrar soluções para que as coisas corram o melhor possível e procurar que esse acompanhamento, incluindo o autocontrolo, que está aqui 45 dias que nós vamos lá todas as semanas.

Fazemos um acompanhamento permanente, não fazemos o autocontrolo através do documento que a empresa nos manda, a empresa tem que mandar o documento, mas nós vamos lá regularmente e acompanhamos muito de perto. Aliás, a própria SIMARSUL faz uma leitura quotidiana da qualidade dos efluentes que chegam à ETAR e tem uma capacidade de avaliar o que é que se está a passar com os efluentes que chegam à ETAR.

Em relação às penalidades, entendemos não ser demasiado pesadas, queremos que as coisas corram bem, se houver situações muito complexas logo veremos o que fazer, mas parece-nos que este regulamento é equilibrado, é o primeiro regulamento que há para descargas de efluentes industriais, não havia aqui em Setúbal, é a primeira vez que existe, vamos tentar ver como é que ele funciona e depois avaliaremos melhor.

Há aqui uma questão que foi colocada em relação às licenças caducadas da descarga que foram todas repostas, condicionadas às intervenções que as empresas entenderam que iam fazer. Temos mesmo uma empresa, não vou dizer qual, que, neste momento, como tem uma grande capacidade de retenção está já há alguns meses a reter os seus efluentes e tem 9 meses para fazer uma intervenção e depois vai poder libertar os efluentes, não há nenhum problema.

Só para dizer que estamos a tratar intensamente com as empresas, muito próximo com as empresas para procurar resolver o problema de garantir a qualidade ambiental e garantir a laboração e a capacidade de as empresas fazerem a sua tática económica em boas condições e em permanência, é este o objetivo que temos prosseguido nesta relação com as empresas em relação a este regulamento.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e duas abstenções do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 22.

4. Deliberação n.º 04/2024/AM – Delib. CM n.º 1034/2023 – Concurso público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Abertura

Ilídio Ferreira (PS) – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS, do PPD/PSD e do CH, e as abstenções do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Mariana Crespo (PAN) – Os campos desportivos do Choilo encontram-se votados ao abandono há vários anos numa zona de particular relevância residencial na localidade de Brejos de Azeitão. Sabemos que houve por duas vezes propostas para concessão nos mesmos moldes desta, para a reabilitação do espaço, concursos esses que ficaram de ambas as vezes vazios.

Verificamos agora, com estranheza, a insistência do Município em avançar pela terceira vez para um concurso do mesmo género, em vez de assumir aquilo que consideramos prioritário. Assumir o próprio Município a remodelação do espaço e colocá-lo para usufruto gratuito da população, incentivando a prática desportiva e socialização entre os moradores.

Receamos, também, que o concretizar-se de uma iniciativa de carácter privada numa zona residencial, com poucos acessos e estacionamento na sua parte urbana e limitada a sul pela denominado Mata do Choilo, Centro de Resíduos e Quartel dos Bombeiros Voluntários, venha a colocar uma pressão excessiva nesta zona e incómodos desnecessários aos munícipes e à biodiversidade. Recorde-se que este mesmo local foi alvo de uma ação de plantação de árvores autóctones, com a colaboração do grupo Azeitão Eco-consciente.

Por fim, preocupa-nos que a iniciativa aqui proposta para utilização como campo de padel, o que convenhamos corresponde a um desporto de moda e que como tal suscetível às mudanças de gostos, venha a originar que, no final da concessão, o espaço volte a ficar votado ao abandono e à degradação.

Iremos votar contra esta proposta, pois acreditamos que o espaço deve ser reabilitado, mas direcionado para usufruto público e prática desportiva variada.

Vítor Rosa (BE) – Este é um espaço sobre o qual a autarquia foi deixando deteriorar-se ao longo dos anos, uma vez que este era e é um espaço seu e que agora coloca a concurso e em que, mais uma vez, não apresenta as razões para o abandono pela sua parte dos equipamentos instalados no Choilo.

Este concurso, na parte que diz respeito às obrigações do prestador de serviços, terá um prazo de exploração de 18 anos, podendo chegar aos 30 anos, apontar cooperação de dois campos de ténis e dois campos polidesportivos, mas deixa em aberto a possibilidade de a remodelação e reconversão dos espaços polidesportivos para mais campos de ténis, padel ou pickleball, ponto 1.9 das obrigações. Ou seja, sob a capa de uma recuperação e do modo de utilização pode o concessionário vir a explorar o espaço acima de tudo numa visão economicista do que propriamente numa visão social e de fácil acesso ao maior número de pessoas, tendo em conta as suas capacidades económicas.

São visões liberalistas com as quais não concordamos, parecendo mais um concurso alegadamente feito para alguém que já tem um projeto para os campos desportivos do Choilo, do que a Câmara Municipal apostar em ter para si um espaço de utilização e gestão pública, preferindo o papel de senhorio neste caso. Pelas dúvidas apresentadas, vamo-nos abster relativamente a esta deliberação.

Vice-Presidente da Câmara – Esclarecer que relativamente à questão que está na alínea 1.9, efetivamente a Câmara tem uma palavra a dizer e está na alínea 1.10, onde diz que a Câmara se pode reservar ao direito de não aprovar um projeto apresentado, se esse projeto não tiver em consonância com aquilo que são as normas e o entendimento da Câmara.

Julgo que essa questão que o senhor deputado colocou poderá se justificar, mas que a Câmara terá sempre uma palavra a dizer relativamente à reconversão do espaço em questão, portanto, essa questão ficará salvaguardada.

Relativamente às questões que a senhora deputada Mariana colocou, julgo que as atividades ali não são incompatíveis, aquele espaço, efetivamente, é um espaço de uma grande biodiversidade, a maior parte dele para cima é todo privado, mas pensamos também que tem sido alvo de uma série de melhoramentos, inclusivamente por parte da população que mostrou essa disponibilidade para a plantação das árvores e que o usufruto do espaço será a melhor forma de tomar conta dele e de fazer com que as pessoas o respeitem. Daí também insistirmos com a questão de podermos requalificar estes campos e podermos ter o usufruto daquele espaço.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, 17 da CDU, 7 do PS, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, 1 voto contra do PAN e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 23.

5. Deliberação n.º 05/2024/AM – Delib. CM n.º 1066/2023 – Proposta n.º 061/2023 – GAP – Projeto de Regulamento da Proteção de Dados Pessoais do Município de Setúbal – Ponderação dos Resultados da Consulta Pública

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do BE, e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Rita Sereno (PSD) – Após quase dois anos em que alertámos e que fomos confrontados pelas piores razões para o incumprimento jurídico do Município e para a sua inação em matéria de regulamentação, tratamento e proteção de dados dos cidadãos que interagem com a autarquia, a bancada do PSD gostaria de demonstrar o agrado, porque se costuma dizer, tardou, mas chegou e finalmente estamos a apreciar uma proposta do projeto de RGPD para o Município de Setúbal.

Tardou, porque desde 2016 já se sabia que as Câmaras Municipais teriam de preparar para dar cumprimento ao disposto legal em termos de RGPD. Tardou, porque quase seis anos desde que se tornou obrigatório para o nosso Município, como para todos os organismos, temos finalmente a formalização do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais, que salvasse a proteção das pessoas singulares quanto à responsabilidade desta autarquia em garantir a transparência, licitude e lealdade na recolha, tratamento e circulação dos dados pessoais e sensíveis.

Tardou, porque o Sr. Presidente quis fazer tábua rasa do regulamento, da lei e sujeitou os setubalenses a uma trapalhada política com o caso do acolhimento dos refugiados ucranianos e a uma trapalhada legal que pode ainda resultar numa coima para o Município, ou seja, para todos os setubalenses. Para além, de que para memória futura ficaremos vinculados a todo este histórico lamentável a que nos sujeitou.

A bancada do PSD gostaria, no entanto, de perceber se as práticas que estão a ser regulamentadas, mas que decorrem do fixado por norma legal, associada à finalidade do tratamento dos dados, já estão a ser cumpridas com especial destaque para a avaliação do impacto sobre a proteção dos dados e a necessidade de celebração de protocolos com entidades quando existe transferência de dados e se já foi celebrado algum protocolo, se



estão definidos e implementados os procedimentos, os registos, as tipologias de acesso dos dados pessoais recolhido. Ou seja, se objetivamente o Município que já tem os esclarecimentos e o conhecimento necessário desta matéria pode garantir que os setubalenses não irão incorrer em mais incumprimentos e eventuais notificações de coimas.



Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 2 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 25.

Presidente da Mesa – Um pequeno aparte, nós estamos a fazer um passo que só deve ser no sentido correto, com certeza, mas a Comissão Europeia quer muito regulamentar isso e andamos a viver no meio do esbulho massivo de dados pessoais, somos vítimas de esbulho em massa, triliões de dados pessoais e há uma famosa empresa chamada Clearview.AI e a União Europeia não é capaz de fazer nada e os Estados também não e andamos a entreter e a multar uns aos outros. É interessante, é um ponto de viragem na nossa cultura e na organização social muito importante.

Só estou a fazer este aparte, porque havemos de discutir certamente muito, no futuro próximo, estas questões que tem que ver com a Inteligência Artificial e isso muda muita coisa e se não estivermos atentos e percebermos o que é que está a acontecer, basta-nos ter uma fotografia de rua publicada para ver quem se apropria da nossa imagem, dos nossos dados pessoais, das medidas faciais e diz que os dados são deles, são as empresas de segurança que são financiadas, ainda por cima, por uma certa força política conservadora que está a tentar tomar o poder nos Estados Unidos, outra vez. Isto é delicado.

6. Deliberação n.º 06/2024/AM – Delib. CM n.º 1080/2023 – Abertura de procedimento concursal para o cargo de Adjunto Técnico da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), e da designação da composição do respetivo júri de recrutamento

Manuel Fernandes (PS) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Rita Sereno (PSD) – Considerando a proposta apresentada, a bancada do PSD verificou que na reunião extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de fevereiro de 2022, foi apresentada uma deliberação onde se aprovou a abertura de 18 procedimentos concursais, ao abrigo do estatuto do pessoal dirigente. Essa proposta, aprovada em 2022, incluía na alínea g) do número 2, da abertura de concurso para o cargo de Adjunto Técnico da Companhia de Sapadores de Setúbal, no âmbito dos cargos dirigentes intermédios de 2º grau.

Neste momento, temos nova proposta para abertura de concurso para o mesmo cargo, para o mesmo grau e, por isso, a bancada do PSD gostaria de perceber o porquê de dois procedimentos concursais para o mesmo cargo, para o mesmo grau neste espaço temporal e com o mesmo enquadramento legal.

Nos considerandos e fundamentos desta proposta, nada é referido sobre a deliberação desta Assembleia Municipal relativa a 2022, assim não temos estados ou fundamentos para perceber se o primeiro procedimento foi efetivamente promovido, conforme deliberação desta Assembleia, ou se é mais uma das várias dezenas de procedimentos concursais aprovados, cujo processo de seleção de candidatos perdura no tempo e que leva ao esquecimento das deliberações tomadas, com prejuízo para a transparência, para o rigor e para a credibilidade dos processos de seleção de recursos humanos do Município de Setúbal. Pior, se estamos a duplicar uma deliberação sobre a mesma matéria de facto e de direito.

Independentemente dos argumentos que o executivo irá apresentar formal e legalmente, queremos acreditar que são válidos, mas esta proposta aqui apresentada carece, no mínimo, de correções nos considerandos e nos fundamentos que permitam perceber a abertura sequencial deste procedimento concursal para o mesmo cargo, caso contrário, este será mais um exemplo em que se constata que os recursos humanos do Município são geridos hadoque, sem planeamento, sem controlo, recorrendo a argumentos, aliás, a um argumento famoso e gasto, da morosidade dos processos de seleção que, de facto, no Município de Setúbal ultrapassa os

timings expectáveis comparativamente a outros organismos e não esqueçamos que a autarquia responde às mesmas exigências legais que outras instituições públicas.

Vice-Presidente da Câmara – Relativamente às questões colocadas, o que tenho a dizer é que efetivamente na proposta não está o motivo da abertura do procedimento concursal, mas de uma forma muito atenta, como os senhores deputados sabem, tivemos que abrir o concurso do Adjunto do Comando Técnico em 2022, mas tivemos uma série de alterações na Companhia de Bombeiros Sapadores, nomeadamente a saída do Sr. Comandante Paulo Lamego, que motivou a nossa nomeação de Comandante da Companhia, neste momento, o Eng.º David Domingues, que era o anterior Adjunto do Comando Técnico da CBSS.

Por esse motivo, o lugar entrou em vacatura, porque o Sr. Comandante, atualmente em funções, era o anterior adjunto, portanto, havia aqui a necessidade de podermos ter um novo procedimento para podermos selecionar um novo Adjunto de Comando e por isso é que se justifica a abertura deste concurso.

Neste momento, temos nomeado para o lugar, em regime de substituição, conforme também está previsto na lei, um novo Adjunto Técnico, o qual por ter sido nomeado a lei impõe-nos que ao cabo de 60 dias seja aberto novo procedimento concursal para o lugar. É por esse motivo que trazemos a esta Assembleia Municipal, que é a sua competência, a designação do júri deste procedimento.

Rita Sereno (PSD) – Apenas acrescento que nos fundamentos da proposta não está nada referido sobre isto. A proposta, quando é elaborada, bastaria referir que há vacatura do lugar, caso contrário, nós não temos elementos e não sabemos absolutamente mais nada.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada na sua globalidade por maioria e em minuta, com 22 votos a favor, 17 da CDU, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 16 abstenções, 10 do PS e 6 do PPD/PSD, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

7. Deliberação n.º 07/2024/AM – Delib. CM n.º 1086/2023 – Projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Concurso “Marchas Populares de Setúbal” – Ponderação dos resultados da consulta pública

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Rita Sereno (PSD) – As Marchas Populares e a sua tradição têm uma forte expressão em Setúbal, agregando coletividades de toda a cidade e arredores e a sua promoção e patrocínio é da maior importância histórica, social, cultural e até económica para a nossa cidade.

O Município, enquanto organizador do evento, deve garantir junto do Movimento Associativo as melhores condições para a qualidade e para a grandeza do evento, garantindo, através do seu regulamento, a definição de um conjunto organizado e coerente de preceitos e regras que devem reger a boa e transparente realização deste mesmo evento.

A alteração do regulamento advém de uma recomendação do balanço das Marchas da edição de 2022, havendo um considerável desfasamento temporal, uma vez que já estamos na fase de preparação da edição 2024 e ainda estamos a aprovar o projeto de alteração do regulamento. A celeridade na resolução destas questões regulamentares continua a ser uma problemática no Município e atenção que neste processo apenas ocorreu uma reunião presencial em fevereiro de 2023 com as coletividades e a consulta pública só foi realizada em outubro de 2023.

Independentemente destes factos, consideramos que os contributos recebidos são excelentes e pertinentes, mas a Câmara Municipal poderá ainda esclarecer e melhorar alguns aspetos de forma que este regulamento se destaque pela clareza e objetividade, evitando ambiguidades e interpretações equivocadas.

Assim, gostaríamos dos seguintes esclarecimentos, a entrada em vigor deste regulamento aplica-se à presente edição 2024 ou será apenas na edição de 2025? Isto, porque as alterações aqui propostas e que ainda não estão aprovadas impactam com as regras de apresentação, duração e composição das marchas.

Atendendo à natureza do evento e à responsabilidade da Câmara Municipal, deveria estar acautelado a celebração de um seguro de acidentes pessoais abrangendo todos os elementos de cada Marcha Popular para todas as apresentações públicas e essa responsabilidade deveria estar definida no regulamento. O apoio logístico que compreende o transporte foi eliminado no regulamento, mas continua associada à responsabilidade da Câmara Municipal, no entanto, não se encontra definido, neste documento, o que se entende por apoio logístico, nem como é feito ou como é atribuído o subsídio de transporte das coletividades para os locais das apresentações. No artigo 4º, relativo às responsabilidades da Câmara Municipal, também não vem referenciadas as nomeações da Comissão Técnica e dos assistentes de marcha.

Relativamente às referências a eventuais remunerações aos elementos do Júri e à Madrinha das Madrinhas, gostaríamos de perceber em que moldes acontecem, no entanto, estas alíneas não são claras e objetivas, ficando por esclarecer o critério e o formato destas remunerações. Já agora, gostaríamos de saber se estão previstas no orçamento do Município?

No regulamento é referido a ficha de caracterização, que está anexa ao regulamento, mas que não se encontra disponível nos documentos que nos foram disponibilizados.

Por fim, um outro aspeto impactante neste certame, que diz respeito ao local da segunda apresentação das marchas, uma vez que nos últimos anos, o Município tem realizado no Pavilhão das Manteigadas, que não tem as condições necessárias, especialmente na questão da lotação, atendendo à afluência dos setubalenses e outros cidadãos ao evento. Esperamos que o Município encontre uma alternativa que reúna as melhores condições, quer para as entidades participantes no concurso, quer para todos os que queiram assistir às Marchas Populares de Setúbal.

Vice-Presidente da Câmara – Senhor Presidente, eu quero esclarecer, mas confesso o meu desconhecimento relativamente a este regulamento.

Julgo que ele surge de uma necessidade, também, sentida pelas coletividades que participam nas marchas. Este trabalho foi feito e foi visto com as coletividades, daquilo que o senhor vereador foi apresentando na reunião de Câmara.

A senhora deputada tem razão, estas coisas demoram imenso tempo com as publicações, com tudo e mais alguma coisa e é verdade que iniciámos este trabalho ainda em 2023 e passado um ano é que estamos aqui a trazer o resultado. De qualquer maneira, acho que ele é um documento consensual entre as coletividades e admito que possa haver algumas falhas no próprio documento, mas penso que com a sua entrada e implementação muitas destas coisas já eram consensualizadas, não estavam era no regulamento e isto foi uma tentativa, também, de colocar no regulamento situações que já eram práticas ou opiniões e que depois não tinham sustentação e agora passam a ter.

Julgo que este regulamento terá de ser, também, monitorizado e das sugestões que a senhora deputada aqui colocou, penso que, se calhar também, seja importante depois, em sede de balanço, que seja para entrar em vigor, até porque o que diz aqui é que é ao fim de 15 dias da aprovação na Assembleia Municipal, e julgo que estas regras também já estão a ser interiorizadas.

Como eu disse, houve estas conversas, e aqui fala de uma reunião, mas acho que não foi apenas uma reunião, porque todo o processo das marchas do ano passado foi acompanhado de várias reuniões, portanto, penso que não terá sido só uma reunião.

Efetivamente não estou aqui em condições de dizer se podemos ou não podemos acolher estes contributos, nem me sinto com essa capacidade, o senhor vereador Pedro não está hoje aqui.

Julgo que este regulamento poderá ser alvo e será, com certeza, de escrutínio de todas as entidades que participam nas marchas e que se houver necessidade flagrante, depois, de fazer uma alteração, com certeza que também iremos estar disponíveis para isso, todos nós aqui.

Colocava à consideração para que pudesse proceder à votação com estas ressalvas, que serão depois encaminhadas ao respetivo departamento.

Rita Sereno (PSD) – Em matéria das remunerações que aqui é referenciada, elas estão orçamentadas ou não? Do Júri, da Madrinha das Madrinhas, faz referência no regulamento a remunerações, elas estão orçamentadas ou não? Já para não falar no subsídio de transporte que, supostamente, vai ser atribuído e se também está definido ou vai dentro do apoio que vai ser dado às coletividades e se também está orçamentado ou não?



Vice-Presidente da Câmara – Esse subsídio de transporte já foi disponibilizado o ano passado, veio à Câmara uma proposta relativamente a isso e estava no orçamento, portanto, foi possível fazer, mas foi depois uma deliberação de Câmara. Por isso é que lhe digo, há aqui muitas coisas que já se tinha sentido a necessidade de estarem regulamentadas para podermos ter mais objetivamente a capacidade para poder tomar essas decisões.

Relativamente a essas remunerações, julgo que também estarão dentro daquilo que é o orçamento do Departamento de Cultura e Desporto, porque se não estiverem nós não as poderemos aplicar, portanto, penso que estarão.

Presidente da Mesa – Deve haver várias rubricas, mas no orçamento da cultura, com certeza que tem, porque têm de ser cabimentadas para serem atribuídas, não deve ser o problema.

Senhora deputada Rita Sereno, em relação à perfeição formal do documento aquilo que a Sra. Vice-Presidente disse é de considerar, naturalmente, até, porque ela está a fazer a prova de que não é só o senhor deputado Pedro Nuno Santos que admite que pode ter errado, até nós admitimos. Isso não é exclusivo de ninguém, mas é só para dar uma explicação.

Julgo que a bancada do Partido Socialista se lembra que a motivação da alteração deste regulamento tem mais que ver com a discussão que houve aqui e veio de propostas do executivo na Câmara, do Partido Socialista, de aumentos de comparticipações a algumas marchas ou às marchas e houve umas acesas discussões e avançou-se para uma revisão deste regulamento. Era um pouco à volta disso e, talvez, por aí não tem havido tanto o cuidado de apurar as formalidades.

O executivo deu esta intenção, a Assembleia tem que esperar pela iniciativa do executivo, mas, como ele veio da apreciação pública, chega à Assembleia numa fase em que todas as propostas que tenham sido citadas em relação ao cumprimento de algumas falhas, naturalmente, podemos ter esta resposta antipática “apresentassem durante o período da discussão pública”, porque não? Não é isso, pode estar falhado e, com certeza, que nenhum regulamento é 100% completo, portanto, está a deixar registo e anotá-las para uma próxima alteração ou revisão, é boa sugestão e julgo que a Assembleia está em condições de votar o documento.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, e 2 abstenções, 1 do CH e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

8. Deliberação n.º 08/2024/AM – Delib. CM n.º 1123/2023 – Alteração da constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

9. Deliberação n.º 09/2024/AM – Delib. CM n.º 1127/2023 – Adenda aos Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

10. Deliberação n.º 10/2024/AM – Delib n.º CM n.º 1158/2023 – Carta Educativa do Concelho de Setúbal

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PS e da IL, e as abstenções do PPD/PSD, do CH, do BE e do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Tiago Pereira (PS) – A bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, irá votar favoravelmente a Carta Educativa, mas tendo em conta a importância estratégica deste instrumento do planeamento da Rede Educativa do Município, salientamos, como vem referido na Carta Educativa, a importância da monitorização da mesma através dos indicadores de contexto e de realização presentes na mesma.

No que diz respeito à criação de novos equipamentos e também no âmbito da monitorização a realizar nos próximos anos, gostaríamos que as decisões a tomar estivessem de acordo com os estudos demográficos efetuados, também, pela DGESTE na criação de rede e, acima de tudo, nas alterações que tiverem para existir, de acordo com as mudanças demográficas e de acordo com o que o que irá mudar nos próximos anos.

Paula Soeiro (PSD) – Senhor Presidente da Assembleia e Sra. Vice-Presidente da Câmara, finalmente, após 17 anos, desde a publicação em 2006 da única Carta Educativa do Município, 17 anos sobre a única e exclusiva gestão do PCP e PEV, o Município foi dotado de um instrumento relevante para enquadrar de forma uma o planeamento e a organização da rede educativa local, promover a adequação da rede de infraestruturas de ensino à procura previsível, melhorar e qualificar o parque escolar existente no concelho. Esta é uma citação específica da página 22 da Carta Educativa.

O que quer dizer este parágrafo de modo mais simples, a Carta Educativa constitui-se um instrumento que justifica e baliza o investimento público municipal no edificado escolar, pois, num total estimado de 89,5 milhões de euros, 87 milhões serão para requalificar e/ou ampliar o parque escolar existente. Destes 47,5 milhões de euros serão, com um nível de prioridade elevado, intervenções de reabilitação de coberturas, paredes, pavimentos, balneários, sanitários, instalações elétricas e capacidades de redes digitais. Ou seja, finalmente a Câmara Municipal pode demonstrar o estado lastimável do edificado escolar e suprir, através de financiamentos externos e próprios, o que até há pouco tempo era, em parte, responsabilidade do Governo Central.

O PSD já, em sessões passadas, referiu que a Câmara Municipal muito mais deveria ter concretizado para que o parque escolar, e em específico do 1º ciclo e pré-escolar, não tivessem chegado a este ponto de degradação e desadequação, pois em 2006, o custo de ampliações e de novas construções de equipamentos públicos foi orçado em cerca de 50 milhões de euros, compreendendo 45 ações. Recordo que a execução ficou por 13,3%, correspondendo somente a 6 ações e passaram-se 17 anos.

A presente Carta Educativa tem diversas falhas, mas seja cumprido o seu plano de monitorização e em cada momento poder-se-á adequar e reorientar de modo que não seja somente um instrumento justificativo de despesa, mas de real investimento na qualidade do ensino e de reforço da ligação à comunidade, tal como está preconizado no eixo 2 e 3 do plano de ação da Carta Educativa. Nesse sentido, também, contribuem outros recursos, para além do espaço escolar.

A Câmara Municipal, em janeiro de 2013, anunciou a instalação de uma nova Biblioteca Municipal no Largo José Afonso, num edifício construído de raiz com um custo estimado de 3.200 mil euros. O equipamento teria uma secção de adultos, com zona de consultas de livros e jornais e para autoformação, salas de trabalho de apoio a audiovisuais e de formação em tecnologias de informação, ainda uma secção infantil com a área de animação, ateliers de expressão, cafetaria, sala polivalente, sala de informática e por aí afora, uma central de depósito de documentos, uma casa-forte antifurto e a catástrofe, eram outras das valências do edifício. Aliás, até existiu um concurso internacional para o projeto.

Depois, em outubro de 2021, foi colocado no mesmo espaço, no Largo José Afonso, um outdoor da CDU a anunciar a nova Biblioteca, já estamos em 2024, mas foi em 2023 aprovado a contratação do novo empréstimo que visava, entre outros investimentos, uma nova Biblioteca Municipal cujo valor inicial era de 6,5 milhões de euros, este é só o inicial, não contabilizando aquilo que serão os juros de pagamento deste empréstimo.

Não se nega a importância deste equipamento, mas, no momento em que a Carta Educativa identifica e é assumido pelo Município que terá um investimento de cerca de 90 milhões de euros para reabilitar ou construir escolas, haveria que ponderar a plasticidade financeira do Município.

Senhora Vice-Presidente, existe ou não existe projeto? A alteração do custo deve-se a que valores, a que fatores? Qual é a taxa previsível de ocupação por tipologia de visitantes, faixa etária, por leitura, se é de investigação de livros ou de periódicos, quais são os horários de funcionamento com maior procura? Existe procura para um funcionamento noturno ou aos fins de semana? O projeto permitirá um auditório de média capacidade, como aqui já foi diversas vezes debatido na Assembleia que havia necessidade disso.

Mais questões haveria para colocar, mas aguardemos pelo projeto educativo municipal que dará resposta às questões, educar em Setúbal para quê, como e com quem.

Vítor Rosa (BE) – Destacamos desta Carta Educativa, as seguintes questões, tendo como referência o ano de 2006 até 2021, onde temos os dados mais sustentados pelos censos, que permitem ter pontos de referência. É notória a falta de investimento público ao nível central pelos sucessivos governos na educação, quer ao nível de recursos humanos, quer na construção e modernização das infraestruturas.

A diferença temporal entre a anterior carta de 2006 e a presente não permite a melhor forma de aferir a nova realidade que temos hoje no ensino, seja no plano orgânico, no planeamento, no modus operandi, nos recursos existentes que continuam a pecar por escassos e nalguns aspetos obsoletos face a esta nova realidade. Não é perceptível de modo fácil no relatório, o impacto da pandemia nas aprendizagens nos níveis de sucesso e insucesso escolar, na capacidade de resposta do sistema educativo a uma situação de exceção histórica que esperamos que não venha a repetir-se.

As questões da mobilidade trazem novos desafios, aos quais aparecem novas respostas, o caso do passe navegante e da nova gestão de redes de transportes rodoviários, continuando a ser necessário uma atenção regular para que o acesso às escolas possam ser o mais fácil possível e que não constituam um obstáculo com que alunos, pais, professores e restante comunidade educativa tenham no dia a dia.

Dos investimentos futuros, ressaltam dois aspetos, um, a participação cada vez mais influente do Poder Local com as transferências de competências e o seu papel de proximidade junto das populações e a sua capacidade de resposta, muitas vezes, condicionadas por dificuldades financeiras a que o poder central continua a não dar respostas necessárias. Dois, as opções tomadas, em que no caso concreto das freguesias de periferia, Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado, têm uma resposta educativa mais limitada e não se vislumbra projetos imediatos, no caso do Sado, e apenas um para a outra freguesia.

Compreendemos que alguma das variantes, densidade populacional da faixa etária de ensino, das transformações socioeconómicas de cada freguesia, para dar apenas dois exemplos que não estão nas mãos do executivo e que de certa forma condicionam propostas de projetos futuros, pelo menos no imediato. Esta é uma Carta Educativa que se prolongará até 2033 e sobre a qual todos temos obrigação do seu acompanhamento, da sua monitorização e da fiscalização sobre os projetos e investimentos agora apresentados, exigindo a sua concretização efetiva.

Por último, mas não menos importante, estamos em ano de eleições legislativas e todos sabemos o que tem sido estes últimos anos de constante conflito na educação, com a continuação de falta de respostas aos direitos dos professores e restantes trabalhadores do ensino, por parte dos governos que congelaram tempos de carreira e salários, dos governos e forças políticas que podiam em maioria absoluta, até por si só, ultrapassar alguns destes problemas. A questão é, se o novo Governo, que sair destas eleições, está ou não disposto a resolver os problemas existentes e a assumir, de facto, não apenas em promessas de campanha eleitoral, que a educação é uma prioridade insofismável e que a mesma não pode ficar novamente para trás a marcar passo, como tem acontecido até aqui.

Votaremos a favor desta deliberação que consagra a nova Carta Educativa do concelho de Setúbal para os próximos 10 anos.

Vanessa Silva (CDU) – É uma belíssima deliberação a que estamos hoje a discutir e que considero que vamos tomar, para iniciar um ano letivo com uma Carta Educativa do concelho de Setúbal que faça o planeamento dos equipamentos educativos no concelho.

Tivemos a aprovação da nossa Carta Educativa em 2006, penso que é do conhecimento comum, apesar de não estar aqui referido que, desde 2008, os municípios, nomeadamente os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, unanimemente têm vindo a colocar anualmente ao Governo a necessidade da revisão e dos parâmetros técnicos da elaboração das Cartas Educativas. Digo desde 2008, sendo que algumas cartas atingiam os 5 e os 10 anos necessários na legislação anterior para a revisão e, portanto, era necessária esta atualização dos parâmetros técnicos.

Dizer que apenas com o Decreto-Lei n.º 21/2019 em que houve uma pseudo atualização dos critérios e parâmetros técnicos. Digo pseudo, porque no fundamental os critérios que estão hoje na legislação, são critérios de carácter geral que continuam a remeter para a legislação em várias áreas, desde a edificação, às Bibliotecas Escolares. Legislação que se encontra espartilhada, sem cadernos atualizados de parametrização técnica nas direções gerais que acompanham este trabalho, nomeadamente na DGESTE, com a necessidade das equipas técnicas externas ou internas das Câmaras Municipais recorrerem a cadernos que foram editados, ainda, pelas Direções Regionais de Educação. Portanto, todo um processo que não está aqui, mas que esteve na preparação deste processo.

Congratulo o Município de Setúbal por ter tido a capacidade de nos trazer até aqui hoje e, também, aproveito para valorizar a sessão específica que fez para os membros dos órgãos autárquicos a respeito da Carta Educativa.

Tivemos, de facto, um histórico de incumprimento por parte do Poder Central da Carta Educativa, aliás, histórico que o próprio Poder Central vem admitir quando assina o acordo entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo português, já em 2022, e agora com segundo acordo, em 2023, identificar 451 escolas no país com necessidades de intervenção prioritárias e com várias escolas no nosso concelho, também, nessa listagem consideradas. Portanto, há aqui uma clara assunção do incumprimento da Carta Educativa que estava em vigor, e esperamos que agora se cumpra. Que cumpra a Câmara Municipal, mas que cumpra também o Governo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 21/2019, no seu artigo 50.º, que continua a ser responsável pelo financiamento e pelas operações de financiamento que permitam, pelo menos, requalificar e recuperar estas escolas desta listagem. Aliás, que não é uma listagem fechada, é uma listagem que começou com 250 escolas e que hoje tem 451, porque manifestamente o levantamento efetuado pelos municípios veio demonstrar as necessidades de equipamentos e recursos educativos, materiais e físicos que não estavam no terreno.

Estou-me apenas a referir a esta matéria mais estrita dos equipamentos e recursos educativos, claro que poderíamos, a propósito da Carta Educativa, falar das questões mais gerais da educação, mas só estas no concreto nos dão pano para mangas, e acredito que a Câmara Municipal de Setúbal saberá monitorizar a Carta Educativa e, naturalmente, junto com o Conselho Municipal de Educação trazer aos órgãos municipais as informações que a cada momento for possível analisar e também aspetos da evolução demográfica.

Já agora, a DGESTE não faz estudos sobre a evolução demográfica, não fazia no passado e também não faz no presente. Os poucos estudos que são feitos relativamente a questões relacionadas com a população estudantil e não com aspetos demográficos, são feitos pelas equipas municipais ou por equipas contratadas, é a Direção-geral de Educação que faz alguns desses estudos, mas é só sobre a população estudantil residente e não sobre a prospeção de futuro. Nós precisamos é de manter a nossa monitorização o mais articulada possível.

Congratulo-me, também, por este ser o primeiro modelo de Carta Educativa que não precisa de homologação do Ministério da Educação, reconhecendo ao Poder Local aquilo que faz há anos, mesmo antes de haver legislação de Cartas Educativas, que é o planeamento da rede educativa em articulação com as escolas que são quem conhece, de facto, a realidade concreta no terreno.

Vice-Presidente da Câmara – Quero responder aqui a algumas questões, muitas delas são considerações que já tivemos oportunidade de debater, mas antes de dar estas notas, quero agradecer o trabalho de todos os que tornaram possível este documento.

Tivemos aqui e acho que nunca é demais, tendo em conta a importância que os senhores deputados aqui vincaram neste documento, tivemos os serviços da Câmara muito envolvidos na conceção deste documento, mas não o fizeram sozinhos, para além da contratação de uma empresa específica que tivemos para poder responder às questões metodológicas mais avançadas, mas quero destacar o contributo precioso de todos os membros do Conselho Municipal de Educação que foram fundamentais neste processo.

Isto acabou por ser um processo de cocriação, não foi um processo imposto a ninguém, foi um processo em que os membros do Conselho Municipal de Educação tiveram oportunidade de participar, de dar as suas opiniões e de melhorar substancialmente a versão inicial do documento. Isso, para nós é muito importante, porque faz com que não seja um documento qualquer, seja o nosso documento, a Carta Educativa do Município de Setúbal.

É claro que, dentro do Conselho Municipal de Educação tivemos uma intervenção muito grande dos senhores diretores dos agrupamentos e das escolas não agrupadas, que foram fundamentais neste contributo, também tivemos os estabelecimentos privados de ensino e também tivemos o nosso Instituto Politécnico de Setúbal que deu um contributo muito interessante para este documento. A todos eles quero agradecer e penso que não é demais deixar aqui esta referência também para os senhores deputados compreenderem a complexidade do processo e a forma como ele evoluiu.

Temos esta obrigação de pensar estrategicamente, o Município relativamente à educação, neste documento aquilo que nos propusemos a fazer foi relativamente à rede de equipamentos, no diagnóstico fomos um pouco mais além, porque não podemos pensar a rede sem conhecer bem o diagnóstico. Neste momento ainda importa continuar este trabalho e como eu transmiti no Conselho de Educação, estamos a trabalhar no nosso projeto educativo local e, com certeza, que com a ajuda de todos estes parceiros iremos apresentar aqui uma estratégia para a área da educação consonante já com esta Carta Educativa e com aquilo que se propõe a nível legislativo.

Só dizer, também, que em relação a este documento, é de valorizar a criação de salas de pré-escolar, estamos a falar de 14 salas de pré-escolar, uma delas que já foi criada neste ano letivo na escola do Montinho da Cotovia, para onde alguns dizem que não há investimento, mas foi criada uma sala de pré-escolar no Montinho da Cotovia, na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Também aqui a questão da preocupação com os regimes duplos, queremos que as nossas crianças estejam, o mais possível, em horários normais, que tenham uma perspetiva de escola a tempo inteiro. Algumas questões que têm de ser melhoradas e que foram passadas para a Câmara, no âmbito da transferência de competências nesta matéria, nomeadamente naquilo que diz respeito ao envolvimento de parceiros que temos, quer nas atividades de enriquecimento curricular, quer nas componentes de apoio à família, todas essas dimensões que efetivamente têm de ser valorizadas num projeto municipal que estamos a trabalhar neste momento.

Deixar aqui esta nota, acho que trazemos aqui um documento estratégico importante, é uma parte de um puzzle ou de uma área que nos causa a todos nós, que estamos aqui à volta destas mesas, uma grande satisfação que é contribuir para a educação e para a qualidade de vida das nossas crianças e dos nossos jovens e de todos os municípios, porque somos um Município que defende a aprendizagem ao longo da vida e isso também tem que ser uma componente, quer da nossa rede educativa, quer da nossa estratégia educativa, e agradecer a todos os que contribuíram para a realização deste documento. Muito obrigado.

Rita Sereno (PSD) – Quero apenas pedir escusa na votação desta matéria, por razões profissionais.

Presidente da Mesa – Acho que nenhum cidadão deveria ter o direito ou obrigação de pedir escusa para votar uma matéria desta natureza, mas isto sou só eu, acho que não há conflito de interesse.

Rita Sereno (PSD) – Trabalho num organismo que trabalha esta matéria e na direção que avalia esta matéria, portanto, não faz sentido nenhum fazer parte desta votação.

Presidente da Mesa – As cartas e os planos estratégicos são os documentos base de planeamento setorial muito importantes e estamos a aprender a trabalhar com eles e a evoluir.

Estes documentos não têm propriamente uma hierarquia como têm, por exemplo, os documentos estratégicos dos planos de ordenamento do território têm uma hierarquia clara, administrativa aqui não, a hierarquia é a importância política que lhe é dada, é uma questão de escolha de pôr este setor à frente dos outros ou como prioritário em relação aos outros.

Para mim, este é dos primeiros documentos mais importantes em que no prazo de uma década é preciso dar atenção, naturalmente com a sua execução, é um daqueles documentos que é preciso saber para saber o que fazer. Uma Carta Educativa é muito importante, este trabalho é muito importante.

Vamos então passar a votos, não participando na votação a senhora deputada Rita Sereno do PSD.

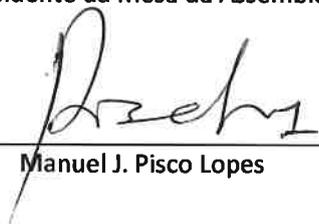
Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 7 abstenções, 5 do PPD/PSD e 2 do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e cinquenta minutos do dia onze de janeiro, de dois mil e vinte e quatro.

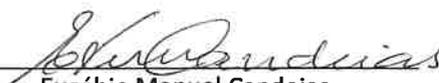
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, contém trinta folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.